

21 de Setembro 2021
Terça-feira
Semanário - Ano 6
Nº 277
Director-Geral
Evaristo Mulaza



SUBIDA DE PREÇOS NO ENSINO PRIVADO

Licenciaturas acima dos 13 milhões de kwanzas

EDUCAÇÃO. Os custos de formação no ensino privado mudaram drasticamente com a recente autorização de aumento das propinas, pelo Governo, para até 15 e 25%. A partir deste ano académico, há estudantes que terão de desembolsar um mínimo de 13 milhões de kwanzas só em propinas para fazer uma licenciatura em Medicina. À contestação dos estudantes, as universidades respondem peremptórias: podem desistir. Págs. 10 e 11



GARANTIA DO PCA

Fundo imobiliário da ENSA avança este ano

SEGUROS. Presidente do conselho de administração da Ensa, Carlos Duarte, antecipa ao Valor Económico que a seguradora já recebeu autorização da Comissão de Mercado de Capitais para arrancar com o fundo imobiliário. Património da empresa existe há mais de 60 anos e cria desequilíbrios nas contas.

Pág. 14

CASH CALL

Auditoria detecta dívida de 2012 da Total no Bloco 32

Pág. 13

KITO NETO, EMPRESÁRIO

"Quando é o PR a autorizar, as empresas nacionais não são tidas nem achadas"

Págs. 4 a 6



NEGÓCIO PERTO DO FIM

Shoprite fica com a loja do Kero no Luanda Shopping

Pág. 12

Editorial

A CORRUPÇÃO DOS DECRETOS

Os estudantes levantaram as suspeitas e não o fizeram sem fundamento. Quando decisores públicos criam decretos para regular as mensalidades nas instituições privadas de ensino, é esperado que estes governantes não tenham nem colégios, nem universidades. Ou seja, não tenham qualquer hipótese de os seus negócios beneficiarem directamente desses decretos. De outra forma, qualquer argumento, por muito fundado que pareça, cai necessariamente no saco roto da suspeição.

É o que aparentemente se passa com o aumento das propinas nas instituições privadas de ensino. Os ministérios das Finanças, do Ensino Superior e da Educação e os lobistas do ensino defendem-se com o aumento da inflação para ajustar os preços em 15% e 25%. Mas os estudantes acusam, sem

desmentidos, que alguns desses governantes têm escolas privadas e que, no momento da decisão, estariam a pensar como empresários e não como decisores públicos. Porque só assim, segundo os estudantes, se compreende que não tenham levado em conta a agressiva perda de rendimento das famílias nos últimos anos.

Mas este exemplo da educação é apenas o reflexo de um paradigma instalado há décadas. Para a memória colectiva, a generalidade dos governantes tem a rotina de entrar nos gabinetes a pensar como fazer negócio consigo próprios. E, no momento em que deixam os gabinetes, saem a pensar como ganhar dinheiro com os cargos que exercem. Desde as opções que cedem ao crime, como a corrupção e a participação em negócio, a alternativas mais 'limpas' como a aprovação de regulamentos que favorecem os seus próprios interesses.

É precisamente por isso que, quando houver em Angola uma liderança disposta a promover reformas dignas desse nome, a perspectiva do combate à corrupção tem de ser alargada. Além da obrigatoriedade da apresentação e publicitação dos bens, os governantes terão de ser necessariamente forçados a desvincular-se da condição de empresários ou de accionistas de qualquer negócio que tiverem. Porque aquilo que vimos assistindo com normalidade é uma aberração que tem de ser obrigatoriamente corrigida. Ver, ainda hoje, governadores-empresários a orçamentarem e aprovarem projectos para as suas próprias empresas; ver instituições reguladoras a serem geridas por accionistas dos operadores que regulam; ver tudo isso enquanto se destila o combate à corrupção, não só nos mantém abaixo das exigências da civilização. É qualquer coisa que nos abeira da loucura colectiva.



Mário Mujetes © VE



FICHA TÉCNICA

Director-Geral: Evaristo Mulaza
Directora-Geral Adjunta: Geralda Embaló

Editor Executivo: César Silveira
Redacção: Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, Guilherme Francisco, Júlio Gomes e Suely de Melo
Fotografia: Mário Mujetes (Editor) e Santos Samuessa
Secretária de redacção: Rosa Ngola
Paginação: Edvandro Malungo e João Vumbi

Revisores: Edno Pimentel, Evaristo Mulaza e Geralda Embaló
Colaboradores: Cândido Mendes, EY, Mário Paiva e Pedro Narciso
Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda
Tiragem: 00 N° de Registo do MCS: 765/B/15
GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração: Geralda Embaló e Evaristo Mulaza
Assistente da Administração: Geovana Fernandes
Departamento Administrativo: Jessy Ferrão e Nelson Manuel

Departamento Comercial: Geovana Fernandes
Tel.: +244941784790-(1)-(2)
N° de Contribuinte: 5401180721
N° de registo estatístico: 92/82 de 18/10/82

Endereço: Avenida Hoji-Ya-Henda, 127, Marçal, Luanda-Angola;
222 320511 Fax: 222 320514
E-mail: administracao@gem.co.ao;
comercial@gem.co.ao

A semana

3 PERGUNTAS A...



ANTÓNIO MATIAS,
ex-director nacional
das Tecnologias Ambientais

Qual é o efeito prático de um ministério com a fusão do Ambiente no Turismo?

O problema são as pessoas. O turismo é que surge no papel importante, mas casa com o ambiente e a cultura. Se formos mais inteligentes, quando chegamos a um parque, vamos encontrar vida selvagem, mas antes a população.

O que isso significa?

O turismo tem de servir-se também da cultura. Por exemplo, na região do Namibe, temos povos primitivos. É isso que podemos aproveitar, ou seja, vender a cultura daquele povo na entrada ou na saída dos turistas. Se assim acontece nos países do corredor do Zimbábue, aqui também pode ser possível, no plano horizontal.

E no plano vertical?

Cabe às pessoas cumprirem as suas tarefas: a cultura trabalhar para a cultura, o turismo para o turismo e o ambiente exercer o mesmo papel, sobretudo para mitigar questões como da poluição do ar, da água e dos solos. Em suma, para termos um turismo de qualidade.

14 TERÇA-FEIRA

O Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários (INTR) proíbe o aumento dos preços dos transportes rodoviários interprovinciais de longo curso.

15 QUARTA-FEIRA

Entram em vigor as medidas de alívio sobre os preços dos bens essenciais de amplo consumo das populações, através da suspensão de direitos aduaneiros com a publicação em Diário da República.

16 QUINTA-FEIRA

O ministro de Estado e da Coordenação Económica manifesta-se confiante com o resultado da missão do GAFI que se inicia, em Outubro, uma avaliação da conformidade do sistema financeiro angolano, num processo que se estende até Junho de 2022.



17 SEXTA-FEIRA

O Bureau Político do MPLA exorta os angolanos a honrarem a “memória dos Heróis da Liberdade”, defendendo a paz, democracia e reconciliação nacional, e encorajando o líder do partido e Presidente de Angola a prosseguir com as suas políticas.



18 SÁBADO

O administrador executivo da EMIS, Joaquim Caniço, defende que o levantamento de dinheiro a partir de Terminal de Pagamento Automático (TPA), em lojas de comerciantes, é uma prática ilegal que será formalizada dentro dos próximos meses.



19 DOMINGO

O Sindicato dos Jornalistas de Angola (SJA) repudia as ameaças contra jornalistas dos canais públicos TPA e TV Zimbo que tentavam cobrir uma marcha da Unita e afirma que estes não são responsáveis pelo posicionamento dos seus órgãos.



SEGUNDA-FEIRA

Empresários dos sectores público e privado dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e da Turquia manifestam o interesse na obtenção de concessões de extensas áreas de terra para a produção agro-pecuária e exploração florestal.

COTAÇÃO



PETRÓLEO SEGUE DESANIMADO...

O petróleo começou o dia a perder 1%, depois de já ter fechado a sessão anterior a recuar 2%. O Brent, referência às exportações angolanas, abriu a negociar 74,38 dólares, ao passo que o WTI abriu a negociar 70,47 dólares.



BOLSA NORTE-AMERICANA RECUPERA...

As acções dos EUA recuperam, após a queda dos três principais índices, influenciada pelos receios de um possível default da Evergrande. Na tarde desta terça-feira, a Dow Jones subia 0,29%, a 34.070 pontos, o S&P 500 ganhava 0,22833%, a 4.368 pontos, enquanto a Nasdaq avançava 0,27%, a 14.754 pontos.

Entrevista

KITO NETO, ENGENHEIRO CIVIL E EMPRESÁRIO

"Em empreitadas acima de 15 milhões USD, as empresas locais não são chamadas"



Stúdio Samuêsa © VE

Empresário ligado à construção civil, Kito Neto acusa o Governo de ter uma gestão opaca, por causa da adjudicação de grandes obras. Lembra que, quando autorizadas pelo Presidente da República, as empresas nacionais "nem são tidas, nem achadas". No entanto, elogia a importância do PIIM e tece duras críticas à opção pela cerca sanitária que, para ele, "rebotou com a economia".

Por Júlio Gomes

Como está a construção civil em Angola? Contribui bastante para a empregabilidade e para a economia, mas, devido à crise financeira, ficou significativamente afectada. Até 2013, quem chegasse de avião ou de carro a Luanda, poderia deparar-se com numerosas gruas em movimento. Era sinal de que o país estava a crescer. Em boa parte das províncias era assim também. Esse movimento parou e muitas gruas, se não estão paralisadas, desapareceram. No entanto, hoje regista-se

uma 'lufada de ar fresco' graças ao Programa Integrado de Intervenção nos Municípios (PIIM).

O PIIM está a salvar empresas do sufoco?

Não há tanto crescimento como antes da crise, mas verifica-se, desde 2017, uma ligeira estabilidade no sector resultante desse programa de inspiração governamental.

Como está a impactar na actividade em termos concretos?

Quando não há dinheiro, naturalmente as pessoas não constroem e o maior cliente da construção civil é o Estado. A construção é, depois da agricultura, o maior empregador nacional e movimenta muita massa monetária. Logo, quando o Estado não tem dinheiro, a econo-

mia não acontece. O surgimento do PIIM, que é feito nos municípios, com a característica de a decisão de autorização das empreitadas ser dos administradores, veio facilitar quem tem pequenos negócios do sector da construção e encaixa alguma coisa com a adjudicação de obras.

Mas há quem se queixe da falta de transparência na adjudicação de obras e de atrasos no pagamento de empreitadas...

Mesmo em Luanda, e noutras paragens do país, temos obras a decorrer com quatro a sete meses de atraso, mas não se deve culpabilizar o programa. O problema não está no programa em si, mas na falta de preparação dos municípios e dos governos provinciais.

Preparação em que domínios?

O PIIM surgiu de repente e faltou formação técnica às pessoas que lidam directamente com o programa. Não deu tempo para se prepararem como desejado. Faltou exercício aos quadros da administração do Estado que estão à frente do programa.

E quanto à falta da transparência?

Também é outra verdade no sector da construção civil. A lei dos contratos públicos estabelece que os administradores municipais e os governadores têm um valor limite de autorização de despesa. Quando transcende, ou seja, quando os valores são muito elevados, por exemplo, na ordem de 11 mil milhões de kwanzas, cabe ao Presidente da República autorizar. Então reparamos que, quando

é o PR a autorizar uma despesa, as empresas nacionais não são tidas nem achadas.

Quando o volume financeiro é maior também aumentam as probabilidades da opacidade do negócio?

A falta de transparência é quase generalizada, mas, quando se trata de grandes obras, o nível é também maior. Refiro-me a empreitadas acima de 15 milhões de dólares, em que as empresas locais não são chamadas.

Mas a Omatapalo, por exemplo, que é uma construtora de direito angolano, tem sido integrada nessas grandes operações, não? Quem está à frente da Omatapalo? Quem são os verdadeiros proprietários desta empresa

“O que rebentou com a nossa economia não foi apenas a redução dos preços do petróleo ou a questão pandémica, mas sobretudo as medidas de gestão.”

é algo que o cidadão comum desconhece. Eu também desconheço! Sei apenas que, quando lhe é adjudicada uma obra, há uma correria no recrutamento de quadros de topo, sobretudo em Portugal, para dirigir os projectos que depois são executados por angolanos. O mesmo acontece com outras grandes empreiteiras estrangeiras, incluindo chinesas e brasileiras. Isso é que está mal.

Como devia ser?

Temos de ser ricos no nosso país, ou seja, temos de ser chamados também para os grandes investimentos, não os que envolvem apenas 100 milhões de kwanzas, porque os angolanos são capazes.

Mesmo para obras mais exigentes do ponto de vista técnico?

Os estrangeiros percebem que temos muitas fragilidades. Quando nos vendem uma ideia, aceitamos rápido. Nós não nos aproveitamos, não nos acreditamos. Não somos capazes de dizer que podemos construir um prédio de vários andares. Somos muito fracos. Estamos a pensar, por exemplo, no rio Luanda e a questão não é de quem está a propor, mas a verdade é que o angolano não faz negócio com o angolano igual. Mesmo para uma pequena reparação da nossa casa, preferimos entregá-la a um português, brasileiro ou chinês, mas, no fundo, quem executa é o angolano.

É contra o construtor estrangeiro?

Não. Sou contra a concorrência desleal que existe no sector. E a culpa é do detentor do poder. Por exemplo, porque não são as empresas nacionais a construir a sede da CNE (Comissão Nacional Eleitoral)? Temos de ser mais ousados. Em todos os sectores da economia, teremos nacionais e estrangeiros. É, mais ou menos assim, em todo o mundo. Estamos numa aldeia global. Mas, quando o dinheiro é do nosso Produto Interno Bruto, devem ser os angolanos a executar. Os angolanos devem estar na linha das prioridades para terem também empresas pujantes capazes de competir em qualquer mercado. Quando quem traz o financiamento é o estrangeiro, claro que impõe regras, mas, na verdade, depois do dinheiro volta com juros. A construção civil é apenas uma questão de

gestão de equipa, não tem muitos segredos.

O processo de adjudicação directa também tem sido muito contestado...

Nos casos em que há uma emergência, por exemplo, uma vala, uma conduta de água que se rompeu num determinado município, se esperar por um concurso burocrático, a situação pode-se agravar. Aí podemos avançar para a adjudicação simplificada, mas há outros casos em que devia haver mais transparência para obras de grande envergadura que devem antes passar por consulta pública como o Metro de Superfície de Luanda (MSL).

Mas, neste caso, o Governo anunciou o projecto...

A grande questão é que o nosso Governo também comunica mal. Não esclarece, não explica as vantagens que as pessoas poderão ter com isso a longo prazo. Portanto, o metro de superfície é um assunto actual, mas nunca vi nenhum engenheiro angolano chamado para uma abordagem técnica sobre esse projecto. Mas, quando se trata de uma ponte do Kamorteiro, por exemplo, vemos logo na televisão o angolano por detrás para explicar. São engenheiros mais ligados ao poder político que aparecem para justificar o que foi feito e não para dar uma explicação técnica.

O Metro não é uma prioridade?

Nós temos um problema enorme de mobilidade urbana em Luanda.

Até agora, o Governo não encontrou solução para retirar o enorme fluxo de pessoas que circula diariamente da Estalagem para o largo 1º de Maio e vice-versa até Viana, num percurso de 12 quilómetros, quando temos soluções rápidas que podem ser aplicadas para melhorar esta situação de muita gente a querer entrar e sair do centro da cidade.

Que solução aponta?

Não preciso sair do Rangel para a Mutamba de carro ou de autocarro. Se tivesse uma ciclovía, todos os dias podia pegar na minha bicicleta de manhã para ir ao trabalho, na Marginal, e estacionar o carro em casa. São soluções urgentes que não pensamos do ponto de vista urbano.

É apenas isso?

Pensar, nesta altura, no metro é dar um salto maior do que a perna. No futuro, precisaremos, mas quando conseguirmos ter uma mobilidade de curto espaço resolvido.

O que isso significa?

Um outro problema em Luanda tem que ver com o reduzido índice de asfaltagem das ruas, nos bairros. Isso é que devia ser prioritário para garantir maior fluidez de trânsito de pessoas e peões. O metro é solução para grandes cidades que não têm problemas de água e têm a recolha de lixo acautelada. Um metro é símbolo de uma metrópole. Não fica bem descer do metro, de fato e gravata, e a estação a seguir tem um amontoado de lixo.

Perfil

Um empresário optimista

Natural do Kwanza-Norte, Kito João Neto licenciou-se em engenharia civil e tem uma pós-graduação em economia e gestão de negócios em Portugal. É CEO da Protec, empresa de fiscalização de projectos de construção civil. Ganhou obras públicas e privadas em Luanda e no Kwanza-Sul, onde se notabilizou, em 2020. Amargurado “porque dificilmente uma empresa de fiscalização angolana ganha contratos acima dos dez milhões de dólares”, Kito Neto dirige uma equipa de cerca de 40 colaboradores. Confessa-se um “optimista”, mas avisa que para se acabar com a estagnação e a fuga de cérebros, há que apostar nos recursos humanos locais.

A falta de transparência é quase generalizada, mas quando se trata de grandes obras, o nível é também maior.

Em suma, uma metrópole desorganizada...

Temos uma metrópole com muita gente mal distribuída. Temos um Cazenga com uma elevada densidade populacional, mas não há um plano para descongestionar. Portanto, estamos mal distribuídos. Assim o nosso problema é de organização e não do metro. Temos de saber, por exemplo, qual é a demanda da via Luanda/Viana, quantas pessoas utilizam esta via e procurarmos a melhor solução. Quando digo que o nosso Governo comunica mal, é isso: assisto televisão, já sei que o metro vai custar mais de três mil milhões de dólares, mas nunca vi o projecto e a viabilidade explicada. Portanto, há pouca informação, quando era expectante o Governo dizer não só o percurso, mas as vantagens quanto ao número de pessoas a transportar de um ponto a outro. Em engenharia, não se pode ter dinheiro sem antes fazer o estudo preliminar, passar para o licenciamento que vai dar o valor a aplicar no projecto.

Está a dizer que os engenheiros não foram chamados?

O Ministério dos Transportes nunca convocou as ordens de engenheiros ou de arquitectos que têm uma opinião sobre projectos desta natureza. Esses projectos não podem ser tabus. Quem vai dar o dinheiro são os alemães, mas quem vai pagar somos nós. Esses projectos que envolvem muito dinheiro externo, e porque hipotecam o futuro dos nossos filhos e netos, têm de vir a público para serem devidamente discutidos e esclarecidos.

E qual é a sua opinião sobre o rio Luanda, uma proposta recentemente apresentada por engenheiros?

É de louvar por serem mesmo angolanos. Não é uma má solução até porque ainda está em discussão. Mas parece-me que os mentores do projecto também não têm tido apoio ao mais alto nível da engenharia. Contudo, eu alinho pelo urbanismo, ou seja, a distribuição das pessoas em relação ao meio e oferecer nesses espaços não só infra-estruturas básicas como água, electricidade e saneamento, mas serviços necessários como escolas, hospitais, supermercados, espaços de



Samuel Samuelsen © VE

Entrevista

Continuação da página 5

Samuel Samuelsen © VE



Kito Neto, engenheiro civil e empresário

lazer. Temos de pensar nas 'smart city', ou seja, 'cidades inteligentes' que produzam por arrasto pessoas mais saudáveis.

As centralidades não respondem a essas inquietações?

Quantas pessoas vivem no Kilamba, no Sequele? Quantas vivem em zonas não infra-estruturadas? O problema é que boa parte da população de Luanda e do país vive em zonas não infra-estruturadas, sem estradas, água, esgotos ou energia eléctrica. Até podemos ter postos de iluminação pública nos bairros, mas se logo a seguir as pessoas escamam o peixe e deitam na rua, é fútil. Temos de viver em espaços abertos para termos saúde. Não posso viver num bairro em que atrás de casa há outra casa.

Nesse contexto, fica difícil atingirmos as 'smart city'?

As autarquias são a solução para esse tipo de cidades, porque são

os munícipes a decidir a liderança. Aqui, os nossos administradores vivem no Talatona, na Mutamba e não nas áreas de jurisdição. Por isso, não conhecem as pessoas. Além disso, o problema de quem tem um cargo na administração pública é a preocupação de agrada mais a quem o nomeou do que ao cidadão a quem deve servir. Temos de levar para as nossas cidades à modernidade, tudo que é aplicativo para uma vida saudável. Avancemos para as eleições autárquicas e ali o autarca terá um engajamento maior porque vai temer a comunidade que o elegeu.

Discorda da ideia dos condomínios?

O Talatona foi um absurdo do ponto de vista arquitectónico. Aquilo parece um campo de concentração. É viver atrás das grades. Até podíamos ter cidades nobres, como em outras paragens, o que faz parte da

competitividade económica de um país, mas no caso do Talatona, por exemplo, os muros são muito altos e configuram a separação entre ricos e pobres, mas, muitas vezes, quem lá está não tem muito dinheiro. Portanto, devíamos ter mais Kilambas e Sequeles, não falo tanto da qualidade das obras, mas do que lá está devíamos transportar para o Rangel, Bairro Popular, entre outros bairros da capital.

O retorno do investimento nas centralidades é outra questão?

O Governo não estava muito preocupado com o retorno, porque o petróleo estava em alta e havia garantias no pagamento de rendas. O funcionário não estava apertado financeiramente. Hoje, os salários perderam expressão e o pagamento dos arrendamentos também está comprometido. Mas quem vive nessas centralidades, em grande parte, é o cidadão de nível médio que

exerce certa influência para quem está cá em baixo. Logo, o Estado não actua. Precisa desse dinheiro, mas não pode 'apertar' por causa do pressuposto político.

Subscreve a ideia da Associação dos Promotores Imobiliários de Angola (Apima) que defende a aplicação de 2% dos 22% das reservas obrigatórias dos bancos no BNA para impulsionar a habitação social?

O Estado deve criar mecanismos de envolver os bancos e empresas nesse processo. No Kwanza-Norte, qual é a acção social da Ende que explora a barragem de Cambambe para vender energia eléctrica a Luanda? Qual é a contrapartida, se o próprio município de Cambambe nem sequer tem água potável? Defendo que as grandes empresas devem contribuir para melhorar a vida nas comunidades onde operam, criando fundos para a construção de habitação social e infra-estruturas.

Mas já têm uma comparticipação tributária?

O lado social das empresas não pode ser condicionado por questões tributárias. Como empresário, não sou obrigado a dar dinheiro para a construção de uma escola, mas, por uma questão de ética, quando vou explorar uma terra, ganho dinheiro e depois saio sem deixar nada para as comunidades. Já não é ético, sobretudo quando temos margem de lucro.

A abertura da cerca sanitária a Luanda 'desafoga' as empresas e os negócios?

O que rebentou com a nossa economia não foi apenas a redução dos preços do petróleo ou a questão pandémica, mas sobretudo as medidas de gestão. Ter Luanda, o maior centro comercial do país, quase dois anos sob cerca sanitária, foi um erro. Isso rebentou com as famílias.

É um sentimento de revolta?

Não se devia fechar o maior centro económico do país. Os pequenos empresários que, da Huíla traziam chouriço caseiro e carne e levavam outros produtos, tendo como um dos motores desses negócios o sector dos transportes, vão ter de recomeçar do zero. A Macom praticamente desapareceu. A cerca sanitária foi uma grande falha e não encontro explicação para essa medida.

Temos de ser chamados também para os grandes investimentos, não os que envolvem apenas 100 milhões de kwanzas.

Pensar, nesta altura, no metro é dar um salto maior do que a perna.

Do sonho à obra feita, um só parceiro à altura



Do betão às máquinas, estamos sempre prontos para pôr mãos à obra



Estrada das Terras Verdes, Km 1 Caop Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerraangola.co.ao | www.concerraangola.co.ao

Economia/Política



CONTRATO ENTRE O GOVERNO ANGOLANO E A SQUIRE PATTON BOOGS

Português com ligações a Manuel Vicente continua a ser o maior beneficiário

LOBBY. Empresa subcontrata pela lobista norte-americana foi criada por Carlos Pinto Ferreira, muitas vezes citado como próximo de Manuel Vicente. No último semestre de 2020, ficou com 60% dos valores pagos.

Por César Silveira

A Erme Capital, offshore criada em Malta, continua a ser a maior beneficiária do contrato de lobby entre o Governo angolano e a lobista americana Squire Patton

Boogs. A empresa ficou com 53,6% dos valores pagos pelo Governo à lobista, no primeiro semestre deste ano.

Entre Janeiro e Junho do ano em curso, o Governo pagou pouco menos 1,446 milhões de dólares, 775 mil dos quais foram repassados pela SPB a consultores externos. E a única prestadora e ou beneficiária é a Erme Capital, cujo registo da criação tem o nome de Pedro

Nuno Gomes Pinto Ferreira, filho de Carlos Pinto Ferreira, muitas vezes citado como próximo de Manuel Vicente.

Segundo o calendário dos pagamentos, a SPB pagava à Erme Capital pela consultoria tão logo recebesse o dinheiro do Governo angolano, havendo casos em que pagou inclusive um dia antes de receber, como acontece em Janeiro. A 26 desse mês, o Governo pagou

208.333 dólares, mas, no dia anterior, a SPG tinha pago à Erme Capital 104.166,67 dólares. O segundo pagamento Angola fez a 17 de Fevereiro e, a 22 desse mesmo mês, a SPB pagava outros 104.166.67 dólares pela consultoria. Ou seja, a SPB recebeu pelo serviço de lobby e pagou pela consultoria em sete prestações cada uma.

Já no último semestre do ano passado, a Erme Capital ficou com

cerca de 60% dos valores pagos pelo Governo à SPB. Na altura, Angola pagou cerca de cerca de 1,042 milhões de dólares e, por sua vez, a lobista gastou cerca de 60% do valor, mais concretamente 625 mil dólares, em consultoria externa, cuja única beneficiária foi a Erme Capital.

No entanto, em Fevereiro, a SPB, citada pela Lusa, afastou qualquer ligação com Manuel

O PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações (PRODESI), disponibiliza 526 milhões de kwanzas à província do Cuanza Norte, para o financiamento de 15 projectos de cooperativas agrícolas e quatro operadores de comércio e distribuição de produtos agro-pecuários.



Vicente, salientando que o seu trabalho se resume apenas às instruções dadas pelo Presidente João Lourenço.

SEMESTRE TERMINA COM DÍVIDA

Segundo o contrato entre Angola e a lobista americana, o Governo deve pagar um total de 2,050 milhões de dólares por semestre, repartidos em prestações mensais de 341.667 dólares que devem ser pagas antecipadamente. Ao pagar nos primeiros seis meses do ano um total de 1.446.833,33, o Governo terminou o semestre com uma dívida de 603,2 mil dólares. Desde que o contrato está em vigor, apenas no primeiro semestre de 2020, o Governo pagou a totalidade dos 2,050 milhões previstos, terminando o segundo semestre do mesmo ano com uma dívida de cerca de 1,008 milhões de dólares.

LOBISTA GARANTE MAIS DE 400 CONTACTOS

No seu relatório, a SPB relata que efectuou mais de 400 contactos no âmbito do contrato com Angola entre telefonemas e trocas de emails com políticos e imprensa americana. A empresa dá também conta de que, no período em

775

Mil dólares, valor pago pela SPB à Erme Capital entre Janeiro e Junho de 2021

400

Contactos que a lobista declara ter conseguido para o governo.

MEMORIZE

● **Angola contratou a SPB**, em Junho de 2019, 4,1 milhões de dólares para um período de um ano, renovado por mais um ano, desde que uma das partes não manifestasse o interesse de rescindir.

análise, aconselhou o Governo, como parte de um programa, “a elevar o sistema financeiro de Angola aos padrões internacionais”. Sugeriu ainda a “aumentar o comércio e o investimento dos EUA”, bem como a “melhorar o perfil de Angola nos Estados Unidos e ajudar nas comunicações estratégicas”. No seu balanço, a lobista sublinha que aconselhou e assessorou Angola nas correspondências, reuniões e outros compromissos com as autoridades americanas.

“O trabalho também incluiu aconselhamento sobre a continuidade da assistência dos EUA para os esforços humanitários de remoção de minas de Angola, ajudando a preparar um pedido de assistência para obter a vacina covid-19 e compartilhar desenvolvimentos em Angola com meios de comunicação”, sublinha.

Angola contratou a SPB, em Junho de 2019, para “elevar o sistema financeiro de Angola aos padrões internacionais”, bem como para “aumentar as trocas comerciais e o investimento americano em Angola” e “melhorar a imagem de Angola nos Estados Unidos”. O contrato ficou avaliado em 4,1 milhões de dólares para um período de um ano, renovado por mais um ano, desde que uma das partes não manifestasse o interesse de rescindir até Junho de 2020.

Na altura do contrato, ficou acordado que a Erme Capital seria subcontratada pela SPB, de acordo com uma carta enviada pelo representante da empresa para as relações com Angola, Robert Kapla, ao secretário do Presidente da República para os assuntos diplomáticos e de cooperação internacional, Victor Manuel Rita da Fonseca Lima, que assinou o contrato em representação de João Lourenço.

“Brand e eu seremos os principais responsáveis pelo trabalho do SPB neste assunto. Seremos apoiados por uma equipa ampla e experiente de colegas, muitos dos quais você conheceu em Washington DC. Além disso, o SPB assinará um contrato de subcontratação com a Erme Capital que auxiliará o SPB em sua representação do Governo. Por fim, o SPB e a EC farão registrar-se de acordo com a Lei de Registro de Agente Estrangeiro dos EUA antes de se envolver em actividades políticas em nome do Governo”, lê-se na missiva com data de 18 de Março de 2019.

Todas as segundas-feiras Angola tem mais...



Assinaturas:
 assinaturas@gem.co.ao
 comercial@gem.co.ao



GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA
 Contactos comerciais: 941 784 791 - 941 784 792
 Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda - Angola

Economia/Política

GOVERNO PERMITE AJUSTES DE 15 E 25%

Universidades e colégios aumentam mensalidades até aos máximos

EDUCAÇÃO. Instituições privadas de ensino justificam alterações com o contexto económico e convidam estudantes a abandonarem as escolas em caso de dificuldades. Há licenciaturas agora acima dos 13 milhões de kwanzas só em propinas. Estudantes ameaçam com protestos.

Por Mateus Mateus

Algumas semanas depois de oficializada a decisão do Governo que permite o aumento das propinas no ensino privado, várias instituições vão anunciando os reajustes, aplicando os máximos de 15 e 25% estabelecidos por decreto. E, como consequência, as mensalidades agravaram-se agora para níveis que os estudantes consideram “incomportáveis”, apontando como o caso mais flagrante os cursos de saúde com duração de seis anos, que agora custam entre 3 e 13 milhões de kwanzas.

Na Universidade Metodista (Uma), por exemplo, o estudante de enfermagem paga, só de propina mensal, 52.408 kwanzas, o que perfaz 524.080 kwanzas anuais e 3,1 milhões para a formação toda. Muito próximo está a Universidade Jean Piaget que, com o reajuste de 25%, passou a cobrar 53.125 por mês no curso de enfermagem, totalizando 531.250 kwanzas por ano 3,2 milhões para os seis anos regulares.

Mais distanciada, mas no curso de Medicina, está a Universidade Privada de Angola. Depois dos já polémicos e contestados 175 mil kwanzas de mensalidade no ano

académico passado, a Upra acabou de acrescentar os 25% autorizados pelo Governo, passando agora a propina mensal para os 219 mil kwanzas. Contas feitas, em termos anuais, os estudantes de Medicina da Upra passarão assim a pagar 2,190 milhões de kwanzas por um ano lectivo e 13,140 milhões de kwanzas durante seis anos, só em propinas.

Como verificou o **Valor Económico**, instituições como a Uni-

versidade Metodista de Angola, a Universidade Técnica de Angola (Utanga) e a Universidade Gregório Semedo também já anunciaram os novos preços e todas actualizaram com recurso à taxa máxima permitida, ou seja, os 25%. As mensalidades nestas instituições passaram a variar de entre 31 mil e 52 mil kwanzas.

No ensino geral, muitos colégios também já reajustaram os preços

das propinas, sendo que alguns já haviam feito mexidas antes mesmo da aprovação do decreto. Colégios como a Nossa Senhora da Anunciação, Darcan, Real Século XXI e tantos outros, em Luanda, subiram já na ordem dos 15%.

AIESPA: QUEM NÃO PODE QUE DESISTA

Laurindo Viagem, porta-voz da Associação das Instituições de

52

Mil kwanzas, custo da propina mais cara depois da actualização dos preços



Novos preços elevam para mais de 13 milhões de Kwanzas o custo de uma licenciatura em saúde.

O DIRECTOR DO INSTITUTO Nacional de Qualidade (INACOQ), do Ministério da Indústria e Comércio, José Alberto Sofia, desmentiu no último final de semana, no município do Soyo, província do Zaire, informações que dão conta da entrada no país de arroz impróprio para o consumo humano.

Ensino Superior Privadas de Angola (Aiespa), avança que a sua organização concorda como conteúdo reflectido no decreto executivo, por ser resultado da negociação entre a Aiespa e os ministérios das Finanças e do Ensino Superior. “Desde o mês de Maio que começámos a negociar esta questão, logicamente que estes 25% são resultado disto e a nossa associação vai trabalhar sobre este critério que a norma estabelece e nenhuma das nossas instituições deve ultrapassar os 25%, esta é a nossa posição”, garante o responsável, que acrescenta que as instituições podem aplicar qualquer valor inferior ou igual a 25%, mas nunca podem ultrapassar este tecto.

Por sua vez, António Pacavira, presidente da Associação Nacional do Ensino Particular (Anep), entende que a medida é resultado dos estudos feitos pelo Governo e serve para proteger e manter os empregos no sector e que deverá implicar no aumento do salário dos professores e todos os colaboradores das escolas para fazer face à constante inflação da economia no país.

“A educação é feita com investimentos. Nós criticamos o Estado por causa do orçamento que é muito baixo, mas elogiamos os países que têm orçamentos altos. O privado, para ter níveis aceitáveis e formar alunos que tragam respostas ao mercado, tem de se actualizar. Então,

é uma medida bem-vinda, é uma medida que não é compreendida por todos hoje, mas depois vão compreender que trará benefícios aos seus filhos”, assegura.

Já Francisco Teixeira, presidente do Movimento de Estudantes Angolanos (MEA), se mostra insatisfeito com o decreto e promete mobilizar manifestações para contestar o decreto. “Vamos responder na rua, porque isso parece ser um ‘espectáculo de cómicos’. Então, se o Presidente da República diz que o ensino de Angola não tem qualidade, como é que estão a subir os preços?”, indaga.

O líder associativo diz ainda não entender o propósito do Executivo, visto que há milhares de crianças fora do sistema de ensino por falta de condições financeiras para ingressarem no ensino privado, uma vez que o ensino público não consegue absorver nem metade da população estudantil do país. Para Teixeira, aumentar as propinas nas escolas privadas é o mesmo que negar um direito fundamental a muitas famílias, que é o direito à formação, previsto nos artigos 80 e 81 da Constituição.

O presidente do MEA diz acreditar na existência de “uma máfia” entre os ministérios que trabalharam na criação do decreto, justificando que “os donos das universidades e colégios privados são deputados, pessoas do Ministério das Finanças, do comité central e tantos outros da elite”.

Laurindo Viagem nega, entretanto, qualquer concertação com os ministérios, garantido que a proposta aplicada leva em conta a inflação de 25%, prevista para este ano. “Os estudantes têm de saber que estão num país com várias alternativas e podem escolher as instituições onde quiserem estudar. Existem as públicas, se acham que os preços nas privadas são altos, nenhum estudante está obrigado a estudar numa instituição, não podem obrigar as universidades a fazerem aquilo que os estudantes querem”, desabafa.

Por outro lado, assegura que Aiespa “tem noção da situação das famílias que ficaram descapitalizadas”, pelo que cada universidade deverá procurar, dentro dos 25%, estabelecer aquela percentagem que seja adequada aos seus clientes. “Isso é o que podemos fazer, agora não podem impedir que façamos ajustes quando o país todo está a fazer ajustes, até o papel que compramos está mais caro que ontem”, finaliza.



NO PRIMEIRO SEMESTRE

Crimes económicos aumentam 13%

BALANÇO. Especulação de preços, burla e adulteração de peso de medidas destacam-se entre os 2.514 crimes económicos registados pelo departamento de Crimes Económicos, Financeiros e Fiscais do SIC.

Número de crimes ocorridos no I semestre de 2021 face ao período homologado

Especulação de preços	1.305 (-421)
Corrupção activa	29 (+2)
Exploração ilícita de minerais estratégicos	44 (+29)
Agressão ao ambiente	85 (+47)
Desobediência	57 (-87)
Passagem e colocação em circulação de moeda falsa	26 (+1)
Burla por defraudação	101 (-98)
Recebimento indevido de vantagem	32 (+10)
Adulteração de substância alimentar ou medicamentosa	42 (+9)
Contrabando de exportação	19 (+6)
Furto bancário	29 (+5)
Introdução ilícita na zona de mineração	41 (-14)
Exercício ilegal de função pública e profissão titulada	266 (+112)
Posse ilícita de minerais estratégico	74 (+21)
Branqueamento de capitais	2 (-2)
Contrabando de combustíveis	161 (-25)
Extorsão	32 (+6)
Adulteração de peso de medidas falsas	50 (+12)
Utilização de peso de medidas falsas	59 (+10)
Uso e abuso de cartão de débito, crédito ou garantia	27 (-26)
Suborno	8 (+3)
Burla	6 (+3)
Falsificação de documentos	50 (+12)

Os crimes económicos dispararam mais de 13%, no primeiro semestre, saindo dos 2.222 para os 2.514 casos, segundo dados do Serviço de Investigação Criminal (SIC), que

aponta prejuízos acima dos 4,7 mil milhões de kwanzas ao Estado e mais de 3,6 mil milhões de kwanzas e perto de 760 mil dólares para ao sector privado.

Apesar do aumento, o SIC caracteriza o quadro como sendo “estável” e garante que todos os crimes foram “devidamente esclarecidos”,

ao mesmo tempo que se mostra “preocupado” com a falta de cultura de denúncia.

Segundo Manuel Halaiwa, director de Comunicação Institucional do SIC, Luanda liderou o registo de crimes de natureza económica, sobretudo de especulação do preço do táxi, seguindo-se Cabinda e Uíge, onde os casos mais frequentes foram o de contrabando de combustíveis. Quanto aos crimes de natureza financeira e fiscal, foram maioritariamente registados o uso e abuso de cartão de débito, crédito ou garantia, em Luanda.

No período em referência, as autoridades apreenderam 15.199 supostas pedras de diamante, 1.404 pedras de rubi, uma pedra de água, 1.529 gramas de ouro, 25 troféus de marfim bruto e 79.200 litros de combustíveis (sendo 61.400 de gasolina, 3.900 de gasóleo e 13.800 de petróleo iluminante). Foram, de igual modo, apreendidos 2.198 touros de madeira, 2.184 pranchas de madeira, 3.981 tábuas de madeira, 280 ripas, 420 sacos de carvão vegetal, um macaco, um papagaio uma ovelha, cinco gazelas, e 40.920 mil dólares namibianos. Mais de duas mil pessoas foram também detidas no período.

Por Redacção

Mercados & Negócios

CENTRO COMERCIAL TEM DUAS PROPOSTAS

Shoprite à frente para substituir Kero no Luanda Shopping



CASA DE JOGOS

Gameway investe 80 milhões para expansão

A empresa Gameway, que explora jogos de fortuna e de azar e detentora da marca de apostas desportivas 'Betsport Angola, a Casa da Fezada, intenciona abrir, até ao fim deste ano, 10 lojas de jogos em quatro províncias, num investimento de cerca 80 milhões de kwanzas.

Segundo o director-geral Arão Dissidi, a expansão em todas as províncias está dependente de uma decisão da entidade reguladora. "Um dos principais objetivos é estar presente nas 18 províncias até 2022. Encontramo-nos representados em apenas Luanda e Benguela, mas já temos estrutura em mais quatro que, por razões alheias à nossa vontade e estratégia, ainda não podemos abrir ao público apostador", explica.

Com um investimento já feito de mais de 700 milhões de kwanzas, Arão Dissidi considera que, desde a reabertura das casas de jogo, a facturação tem sido "satisfatória", apesar dos constrangimentos da pandemia no "tecido social e económico do país."

COMÉRCIO. Saída do Kero deixou o centro comercial Luanda Shopping completamente desértico e provocou o encerramento do parque de estacionamento. Empresa confirma, no entanto, negociações com candidatos que pretendem voltar a movimentar o espaço.

Por Guilherme Francisco

A rede Shoprite é a mais forte candidata a instalar-se no espaço que, até há duas semanas, estava a ser explorado pelo Kero, no centro comercial Luanda Shopping, instalado numa das zonas nobres da capital, no bairro Alvalade.

O Valor Económico sabe que uma equipa da Shoprite esteve, no início do mês, a fazer medições para determinar o espaço desejado, uma vez que os sul-africanos não pretendem explorar toda a área de venda antes à disposição do grupo

Zahara, ou seja, os cerca de 10 mil metros quadrados.

Na sequência dos trabalhos da Shoprite, iniciaram-se obras de melhoramento do espaço, que passam também pela colocação em funcionamento dos elevadores e das escadas rolantes. Exigências que decorrem das negociações com a direcção do centro comercial que, sem entrar em detalhes, confirmou a este jornal os contactos com os sul-africanos. Outra fonte também ligada ao processo avançou, entretanto, a existência de uma segunda candidata, cujo nome não revelou.

SHOPPING DESERTO

Se antes de fechar portas as visitas eram reduzidas por conta da

falta de produtos no Kero Gika, actualmente o cenário é muito pior. Contam-se pelos dedos de uma mão os visitantes que circulam no centro comercial no dia-a-dia. E há vezes em que só se vêem os funcionários das sete lojas que resistiram à falta de clientes, que acabam por ficar sentados nos bancos do corredor a conversar ou a usar telemóveis.

"Tristeza", é a descrição feita por quem até então via grandes movimentações diariamente e viu partir para o desemprego muitos colegas. O encerramento do hipermercado provocou também o fecho da maior parte das lojas, sobretudo as vizinhas que decidiram voltar a abrir somente quando o novo inquilino se instalar, já que será o prin-

cipal ponto de atracção de clientes. Para já, menos de uma dezena de lojas está aberta e os operadores dos quiosques também abandonaram o espaço.

Outra consequência é o encerramento do parque de estacionamento. Tão logo a loja fechou a 31 de Agosto, o parque ficou inacessível a clientes. Os poucos que vão à procura de serviços ou bens à entrada deparam-se com uma barreira, recebem indicações para procurar vaga ao longo da estrada para estacionar. No entanto, a requalificação do parque de estacionamento também é uma das condições apresentadas pelo potencial inquilino, Shoprite, pelo que a reabilitação deverá começar nos próximos dias.

A SONANGOL ANUNCIA a abertura de um concurso público - que vai até 19 de Outubro - para a cedência dos direitos de exploração e gestão da unidade hoteleira Hotel de Convenções de Talatona (HCTA).

OPERAÇÕES DE CASH CALL 2012 E 2013

Auditoria detecta 'kilapi' da Total no Bloco 32

PETRÓLEO. Parceiros recomendam à operadora francesa a liquidação da dívida que reporta há mais de oito anos. Irregularidades também foram detectadas no Bloco 15, operado pela Esso.

Por César Silveira

A

Sonangol e os parceiros do Bloco 32 detectaram uma dívida de 1,364 milhões de dólares da

francesa Total, referente a investimentos de 2012 e 2013 em operações de cash call.

A 'gaffe' foi descoberta por uma auditoria dos parceiros, liderada pela Esso, que visou avaliar os juros agravados sobre juros de mora não pagos do operador. Na sequência, a auditoria recomendou que o operador deverá creditar na conta conjunta da joint venture o valor em causa.

A Total E&P Angola é a ope-

radora do Bloco 32, com uma participação de 30% e tem como associadas a Sonangol P&P, com igual percentagem, Sonangol Sinopec International 32 Limited, com 20%, Esso Exploração e Produção Angola (Overseas) Limited, com 15% e Galp Energia Overseas Block BV 32 com 5%.

PROBLEMAS TAMBÉM NO BLOCO 15

No seu relatório de 2020, a petrolífera traz também informações sobre a auditoria a joint venture do Bloco 15, operado pela Esso. A auditoria foi liderada pela ENI e serviu para a validação da gestão dos fundos solicitados aos membros do Grupo Empreiteiro em formato de cash call. Também foram detectadas inúmeras irregularidades, entre as quais a falta de rateio dos custos incorridos inicialmente e registados

nos centros de custos. "O operador deverá verificar a configuração do sistema SAP e garantir que a alocação de custos para todos os centros de custos seja realizada dentro dos prazos", recomendou a auditoria, que solicitou ainda ao operador uma "reconciliação urgente do valor dos materiais na Joint Interest Billing, no Balancete e Listagem de stock".

O Bloco 15 tem como operador a Esso, detentora de 36%, sendo associados a BP Angola (24%), Equinor (12%), ENI (18%) e a Sonangol (10%).

As operações de cash call traduzem-se em operações de antecipações financeiras pedidas pelo operador ou líder de consórcio de determinado empreendimento de exploração e produção para a execução de actividades programadas, cujos orçamentos são previamente aprovados pelos associados.



TRANSCOOP
Transportes Rodoviários

AGILIDADE, CONFORTO, SEGURANÇA E EXCLUSIVIDADE



**SERVIÇO
PERSONALIZADO COM
CONFORTO E
SEGURANÇA**

**O TAXÍMETRO SÓ SERÁ LIGADO
NO LOCAL DA CHAMADA**



Rua 21 de Janeiro,
Bairro Rocha Pinto, Luanda
Call center

(+244) 947 992 829, (+244) 993 091 599



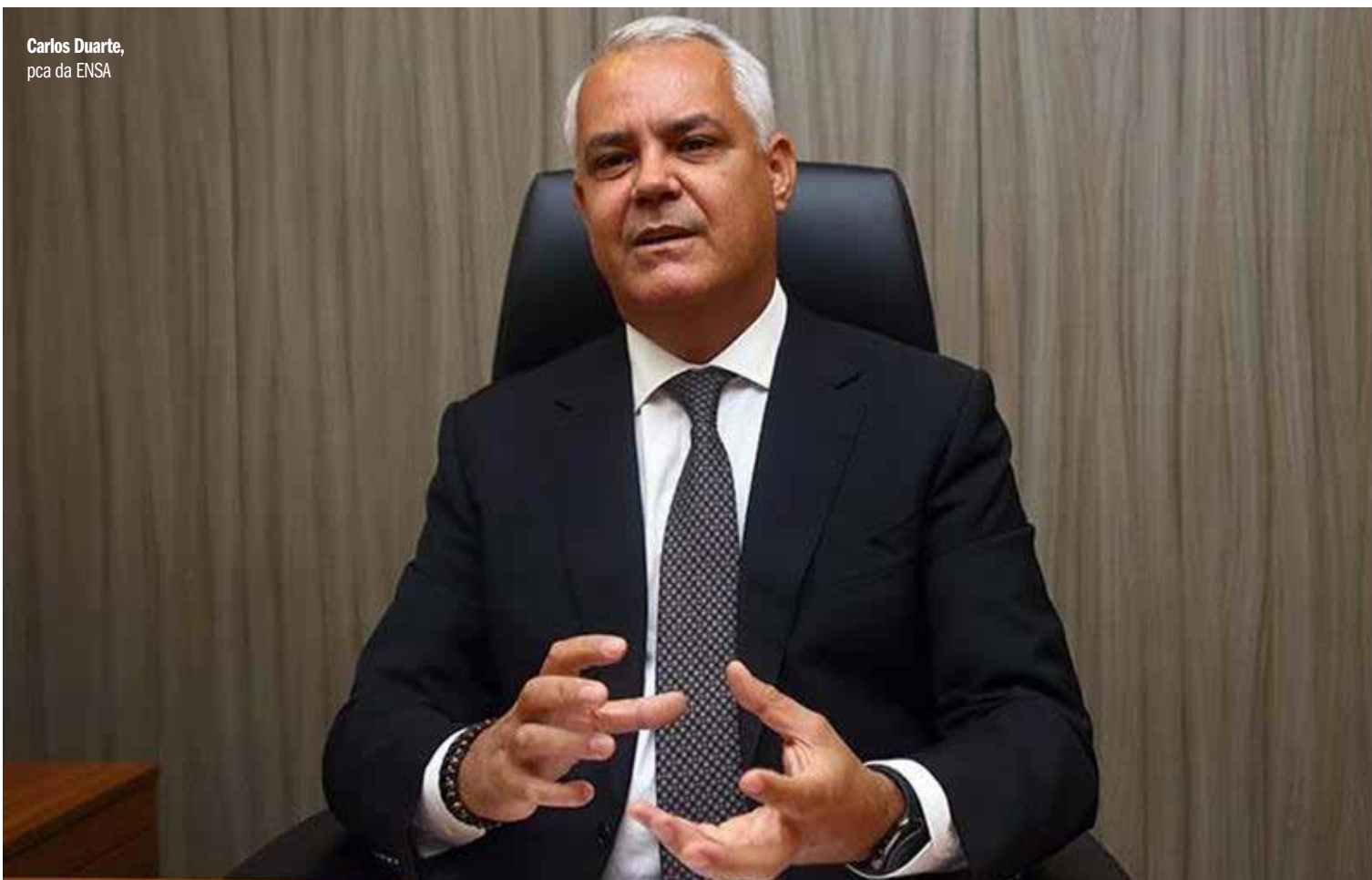
Trabalhamos com multicaixa

Mercados & Negócios

GESTORES PODERÃO ALIENAR IMÓVEIS

Fundo imobiliário da Ensa arranca este ano

Carlos Duarte,
pca da ENSA



SEGUROS. Nova entidade deverá gerir um património com mais de 60 anos. Rendas baixas dos imóveis têm representado desequilíbrios no balanço e arrendatários não têm capacidade para suportar actualizações.

com taxas de rentabilidade muito baixas e, por tudo isso, tem efeito negativo no nosso balanço. Estes imóveis também estão a representar as provisões técnicas, era necessário alterarmos isso”, justificou Carlos Duarte.

A Ensa garante que o fundo vai ter uma gestão orientada “exclusivamente” para “melhorar” a rentabilidade do património e, a longo prazo, “corrigir” o desequilíbrio do balanço, para torná-lo mais líquido. “O problema é que uma grande parte dos arrendatários já está nos imóveis há décadas e muitos não têm capacidade financeira para suportar um aumento brusco das rendas. Temos tido dificuldade em conseguir implementar esta conformação das rendas com a legislação. Temos bastantes dificuldades”, reconhece o gestor, acrescentando

Carlos Duarte indicou que a Comissão de Mercado de Capitais (CMC) já deu ‘luz verde’ para a operacionalização do fundo, entidade que deverá gerir um património imobiliário “enorme”, a maior parte do qual concentrado em Luanda.

Com entre 60 e 70 anos de existência, o património imobiliário da Ensa regista “graves problemas” relacionados, entre outros, com a falta de conformação das rendas à legislação. “É um património

contornos jurídicos que tornam quer a cobrança, quer a actualização um processo muito complexo e penoso”, insiste o PCA da Ensa, antecipando que o fundo terá “outros instrumentos” para rentabilizar os imóveis, como a alienação.

As alterações na seguradora passam também pela mudança da sede da empresa até ao final do ano, encerrando edifícios antigos e com despesas “colossais” de manutenção.

O valor total do rendimento dos imóveis da Ensa está avaliado em 62 mil milhões de kwanzas, segundo o relatório e contas do ano passado.

DIRECÇÕES REDUZIDAS

A Ensa decidiu reduzir de 25 para 14 as direcções da empresa, processo que levou, por consequência, à redução do “excesso” de departamentos, além de eliminar a figura de subdirector.

Para Carlos Duarte, a seguradora suportava uma “máquina extraordinariamente pesada”, o que obrigou a um saneamento financeiro, com a revisão de custos com consultoria e contratos de prestação de serviços.

Indicando “vários desequilíbrios e problemas” por conta do sub-financiamento do fundo de pensões, o gestor da Ensa apontou um défice de perto dos 7 mil milhões de kwanzas, além de contingências fiscais acima de 20 mil milhões de kwanzas. “Tínhamos clínicas que reclamavam dívidas de dezenas de milhões de dólares e teve de ser feito um esforço para se reconciliarem todas estas contas até que se chegou à conclusão que muitos dos casos desta dívida não existiam. O que havia eram diferenças cambiais”, revela.

Em 2020, o volume de prémios da Ensa subiu 34% para os 84 mil milhões de kwanzas, com um resultado líquido positivo de 17,6 mil milhões de kwanzas, mais de 7,7 mil milhões de kwanzas face a 2019.

62

Mil milhões de Kwanzas, valor total do rendimento dos imóveis da Ensa

que a previsão da actualização das rendas levará em conta o “aspecto social” dos arrendatários.

Entre funcionários públicos e não só, muitos já reformados, nos cerca de mil arrendatários estão incluídos também antigos funcionários da seguradora. “São pessoas já com certa idade e já não fazem parte da população activa. Alguns imóveis foram subarrendados à revelia do senhorio. É um conjunto de situações muito complexas com

Por Isabel Dinis

O fundo de investimento que vai gerir o património da Ensa fora do seu ‘core business’ tem previsões para arrancar este ano, confirmou ao Valor Económico o PCA da seguradora.

Taça Cheia

96.1 fm

Rádio Essencial

Todos
os sábados,
às 19:00,
com
**Sebastião
Vemba**

DE JURE

GOVERNO DE PUTIN NEGA QUALQUER ENVOLVIMENTO

Tribunal 'culpa' Rússia pela morte de antigo espião

A Rússia é responsável pela morte do antigo espião russo, Alexander Litvinenko, considera o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos (TEDH), que afirma que o assassinato foi cometido por Andrei Lugovoy e Dmitry Kovtun.

Com esta posição, a Rússia foi condenada a pagar 100 mil euros por danos morais e 22.500 euros pelas custas judiciais a favor da viúva, Marina Litvinenko, lê-se num comunicado citado pela Lusa.

A Reuters recorda que o ex-espião se tinha exilado em solo britânico seis anos antes e foi envenenado com polónio-210 em Londres, em 2006. Ex-KGB, na altura com 43 anos, Litvinenko sofreu durante três semanas com o envenenamento com

o elemento radioactivo que acabou por matá-lo.

Conduzido em 2016 pelo Reino Unido, um inquérito considerou que a morte do ex-espião teria sido aprovada pelo presidente Vladimir Putin e que Andrei Lugovoy, antigo guarda-costas do KGB, e Dmitry Kovtun tinham estado envolvidos no assassinato.

O tribunal europeu confirmou as conclusões da investigação britânica e rejeitou o pedido da Rússia para não considerar as provas recolhidas pelo Reino Unido.

A Rússia foi ainda acusada pelo tribunal de falhar no fornecimento dos elementos necessários à avaliação do caso, violando assim a Convenção Europeia dos Direitos Humanos — o artigo 2.º, que garante o direito à vida e do artigo 38.º, que obriga os Estados a fornecerem ao TEDH todos os documentos necessários para a

análise do caso.

Na nota, lê-se que “o tribunal deu como provado que o assassinato foi cometido por Lugovoy e Kovtun”.

“A operação complexa e planeada, envolveu a aquisição de um veneno mortal raro, os preparativos da viagem dos dois homens e as repetidas e constantes tentativas de dar veneno, indicam que Litvinenko era o alvo da operação”, acrescentou o tribunal.

O inquérito concluiu que o facto de Litvinenko trabalhar para os serviços secretos britânicos (MI6), as críticas que fez aos serviços de segurança russos e a Vladimir e a ligação do ex-espião a outros dissidentes, são os motivos mais prováveis para o assassinato, noticiou a Sky News.

E a reacção não se fez esperar. A Rússia e os dois homens indiciados sempre rejeitaram qual-



Alexander Litvinenko, antigo espião russo, que morreu em 2006

quer envolvimento na morte de Litvinenko. Esta terça-feira, depois de conhecida a decisão do tribunal europeu, a Rússia disse não a reconhecer.

“Até agora, a investigação não trouxe resultados, então, fazer tais alegações é, pelo menos, infun-

dado. Não estamos prontos para reconhecer uma decisão como esta”, declarou o porta-voz do Kremlin, Dmitri Peskov, aos jornalistas. “É improvável que o TEDH tenha os poderes ou a capacidade técnica” para lançar luz sobre este caso, sentenciou.

MOÇAMBIQUE E SÃO TOMÉ

Procuradorias reforçam cooperação judiciária

Depois da reunião que juntou, em Agosto deste ano, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Portugal, Guiné-Bissau e Moçambique, esses dois últimos abriram hoje, em Maputo, um novo capítulo na cooperação judiciária. Quase um mês após o 18.º Encontro dos Procuradores-Gerais da Comunidade

dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), em São Tomé, as Procuradorias-gerais da Guiné-Bissau e de Moçambique assinaram um memorando, com enfoque no intercâmbio técnico e combate ao crime organizado.

“Vamos abranger áreas que, à partida, estavam fora da cooperação que já existia, nomeadamente

a formação dos nossos magistrados e a criminalidade transnacional”, disse à Lusa o procurador-geral sãotomense, Kelve Nobre de Carvalho.

Além do combate ao crime organizado e o intercâmbio técnico, o acordo prevê que as duas instituições colaborem em vários outros domínios, incluindo crimes cibernéticos, ambientais e

tráfico de drogas ou humano.

Para o procurador-geral de São Tomé, no espaço lusófono, a cooperação entre os ministérios públicos tem vindo a ganhar uma nova dinâmica, com um intercâmbio cada vez mais “natural” entre as instituições desses países.

“Existem redes dentro destes encontros entre os procuradores

da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e as redes dão-se entre elas: comunicam-se constantemente e há uma ligação entre os magistrados, que, na maior parte deles, se conhecem nas escolas de formação e partilham o mesmo berço: a CPLP”, frisou Kelve Nobre de Carvalho.

'RANKING' DE MARCAS EM 20 ANOS

Tecnológicas são as mais valiosas

MARCAS Bebidas deram lugar às tecnológicas. Apple, Amazon, Microsoft, Google e Samsung lideram a lista das mais valiosas. Há 20 anos, a liderança pertencia à Coca-Cola.



zon só atingiu o 'topo 5', nos últimos anos, mas teve uma ascensão meteórica. Foi fundada em 1994, por Jeff Bezos, e demorou pouco mais de 10 anos para chegar ao topo, desde que começou a integrar as listas das mais valiosas. A Amazon, ao contrário das concorrentes mais directas, não se dedica ao fabrico de 'software' e é 'apenas' a maior empresa de comércio 'online', começando pela venda de livros.

Ao lado da Google, foi considerada umas das "forças económicas de maior peso da actualidade". A Google, mais nova do que a Amazon, foi fundada em 1998, por Larry Page e Serguey Brin. Chegou ao topo, em quarto lugar, em 2011. Em apenas uma década, atingiu o quarto lugar e hoje está avaliada em 165 milhões de dólares.

Pouco a pouco, as empresas tecnológicas vão ocupando os lugares que antes pertenciam às bebidas e aos automóveis. Vão longe os tempos do domínio dos refrigerantes e de marcas como a Volkswagen e a Mercedes.

Por Redacção

Há 20 anos que as fábricas de computadores e de sistemas informáticos dominam o 'ranking' das marcas mais valiosas. Chegaram mesmo a destronar a já mítica Coca-Cola que, durante décadas, se manteve no topo. Hoje, já nem aparece no 'top

5', mas, ainda assim, surge no grupo dos 10 primeiros lugares.

Nos últimos 20 anos, além da Coca-Cola, marcas mundiais como a Microsoft, IBM, General Electric e Intel dominaram as listas das marcas mais valorizadas.

Mais do que integrarem o 'ranking', significam sempre bons negócios para quem aposta na bolsa e contribuem decisivamente para

o progresso da humanidade, em especial pelas apostas na ciência. Além de meras empresas que geram lucros astronómicos, quase todas elas se destacam na investigação, na inovação e vêm contribuindo para a criação de novas empresas.

É de notar o 'salto gigante' dado pela Apple que, só nos últimos cinco anos, se valorizou quase o dobro. A empresa norte-americana, fun-

dada por Steve Jobs, Steve Wozniak e Ronald Wayne, em 1976, está hoje avaliada em mais de 322 milhões de dólares. Em 2016, já no topo das mais preciosas, valia pouco mais de 170 milhões de dólares, mas demorou 40 anos a chegar à lista 'dourada'.

Quase com um percurso semelhante, mas com números inferiores aos da Apple, a Ama-

Marcas mais valiosas em milhões de dólares

2001

Coca-Cola	71,0
Microsoft	68,0
IBM	53,0
General Electric	39,9
Intel	37,1

2006

Coca-Cola	67,4
Microsoft	57,7
IBM	53,5
General Electric	47,0
Intel	35,4

2011

Coca-Cola	70,5
IBM	64,9
Microsoft	60,8
Google	43,9
General Electric	42,8

2016

Apple	170,5
Google	120,6
Coca-Cola	78,2
Microsoft	67,8
IBM	64,7

2021

Apple	322,9
Amazon	200,6
Microsoft	166,0
Google	165,4
Samsung.....	62,5



(In)formalizando

KWANZA-NORTE

Empresas distinguidas por trazer inovações agrícolas

As empresas Tecnagri e Estores África, esta última, vencedora da IV edição, foram distinguidas como melhores organizações que apresentaram máquinas e equipamentos mais inovadores, na 'Expo Kwanza-Norte', realizada nos dias 16 e 19, em Ndalatando.

Foram ainda distinguidas, pela organização, empresas como a Hiper Máquinas, que se destacou nas amostras de rochas ornamentais; Salita & Mário, no artesanato, e o Hotel Cambondo, do município de Golungo-Alto, na área da restauração. A Free Farma sobressaiu-se no quesito dos equipamentos hospitalares e, na agro-pecuária, notabilizou-se o grupo empresarial Wm-Gestepec.

A organização elegeu a Coopeágro como sendo a melhor cooperativa agrícola. A melhor microempresa foi a Lualine e a NC-Nâmbua Investimentos teve a distinção na representação gráfica. A Administração Municipal do Bolongongo teve a melhor representação local e a de Golungo-Alto a melhor decoração de Stand. Já a melhor representação em consultoria foi atribuída à empresa 2M2C Gestão de Empreendimentos, enquanto a Milagres da Fé foi a distinguida na representação de roupas africanas.



BNA definiu regras para o levantamento em TPA, fixando a taxa em 1%

CONTRA O NOVO REGULAMENTO DO BNA

Comerciantes informais continuam a cobrar 10% pelo levantamento nos TPA

PAGAMENTO. Instrutivo do Banco Nacional de Angola foca-se essencialmente nos comerciantes formais, mas negócio tem sido dominado por vendedores informais que continuam a praticar a taxa de 10%.

Por Redacção

Os proprietários informais de Terminais de Pagamento Automático (TPA) que realizam negócio de levantamento de dinheiro nos mercados e ruas de Luanda continuam a cobrar 10% por cada movimento, ignorando o instrutivo do Banco Nacional de Angola (BNA) que estabelece as regras aplicáveis às operações de levantamento de numerário nos TPA.

De acordo com o BNA, “nas operações de levantamento em TPA que não estão associadas a uma compra, com ou sem cartão, é cobrada uma comissão de serviço ao cliente de 1% do valor do levantamento, com um mínimo de kz 50,00, que será automaticamente transferida para a conta bancária do comerciante”. O banco central reforça que “os comerciantes estão vedados de cobrar quaisquer outras comissões aos clientes pelas operações de levantamento de numerário em TPA”.

Alguns dos comerciantes contactados pelo *Valor Económico* desconhecem o instrutivo do BNA, mas tanto estes como os que ouvi-

ram falar da decisão estão decididos em continuar a cobrar a taxa actual, ainda que admitam baixar, dependendo da concorrência.

“Não vamos baixar até porque muitos trabalham com o TPA de outras pessoas, pagam pela cedência e 1% será pouco. Talvez as pessoas comecem a baixar se começar a faltar clientes por as lojas também fazerem o mesmo negócio, mas vamos ver”, perspectiva um comerciante do mercado dos Congolenses, assegurando poder movimentar “até 3 ou mesmo 4 milhões de kwanzas por dia”.

Outra determinação do BNA que dificilmente será cumprida é a que proíbe a qualquer cobrança de comissão “nas operações de compra com levantamento em TPA, com ou sem cartão”. Este é um dos serviços mais solicitados nos mercados informais, visto que muitos clientes só têm cartões e nem todos os vendedores têm TPA.

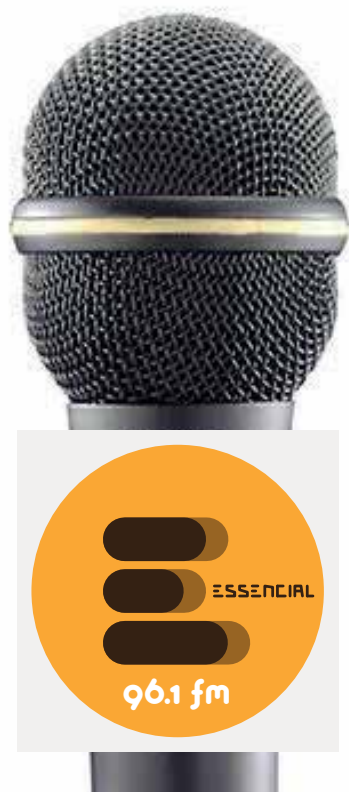
“Então fazem o pagamento a quem tem TPA com o desconto de 10%, mas, algumas vezes,

repartem as despesas da comissão com o vendedor”, revela um dos comerciantes ouvidos por este jornal. No entanto, o instrutivo do BNA terá ignorado o negócio dos TPA no mercado informal, visto estar essencialmente virado para os comerciantes formais. Obriga, por exemplo, “a afixação nos estabelecimentos comerciais de informação em local visível a informar o público sobre a disponibilidade do serviço de levantamento em TPA no seu estabelecimento, devendo a EMIS apoiar os bancos na disponibilização aos comerciantes do material para o efeito”.

O instrutivo do BNA entrou em vigor a 14 deste mês e avisa que o incumprimento é passível de sanção com base na Lei do Sistema de Pagamentos de Angola, bem como na Lei do Regime Geral das Instituições Financeiras. Trata-se da segunda medida do BNA tomada em menos de 15 dias, visando reduzir as enchentes nos caixas automáticos.

O QUE É
ESSENCIAL
NOS DIAS
DE HOJE?

96.1 fm



Opiniões

Angola, um país moribundo, uma inveja eficiente, um processo administrativo claudicante, um país pobre:

As causas do nosso subdesenvolvimento (1)



José Manuel Marcolino, professor e PhD em economia

Tem sido recorrente o debate acerca da qualidade de ensino em Angola. Docentes que não sabem ler nem escrever, a Universidade António Agostinho Neto (UAN), que afinal é um “colégio do ensino superior”.

Eu concordo que esteja inepta a qualidade do ensino e, como é uma preocupação recorrente dos cientistas angolanos, pelo menos para os mais sérios, neste artigo, vou além das abordagens, baseando-me na Teoria do Desenvolvimento Económico, com a qual defendi o mestrado (MSc) em 2009 e o doutoramento em 2014. No entanto, não pretendo trazer aqui a complexa ferramenta da matemática/econometria usada na Teoria de Desenvolvimento Económico, mas sim um debate ideológico e robusto.

Quando os meus alunos me pedem para diferenciar – numa linguagem simples – Crescimento de Desenvolvimento Económico, eu respondo-lhes da seguinte forma: “o Crescimento Económico é o que você vê/tem e o Desenvolvimento Económico é o que/como você sente o próprio Crescimento”, isto porque os países pobres podem crescer ad infinitum, mas nunca desenvolver. Como exemplo, poderia aqui falar sobre os cursos de Matemática, Filo-

sofia, Pedagogia que foram encerradas no Isced ou sobre a extinção dos Centros de Investigação Científica nas universidades públicas. Vou usar como exemplo o discurso sobre o Estado da Nação proferido em 2021, pelo ex-presidente José Eduardo dos Santos (JES): “nos últimos dez anos, Angola atingiu os lugares cimeiros da África Subsariana em termos de estabelecimentos de ensino, pois foram abertos, no país, 17 universidades e 44 institutos superiores. Houve investimento equivalente a mais de 480 milhões de dólares em 53 novas instituições escolares para o ensino secundário e técnico-profissional. Todo este esforço visava valorizar os angolanos, tornando-os cada vez mais capazes de, pela via da escolaridade e da formação profissional e académica, atingir níveis mais elevados de bem-estar e de realização profissional, a fim de poderem prestar um contributo mais qualificado ao desenvolvimento económico e social.”

Apesar das contradições inquietantes, quem não é desenvolvimentista poderia ficar eufórico: veja que foram criadas 61 Instituições de Ensino Superior (IES), em pelo menos 10 anos, ou 5,1 por ano, num país periférico e que acabava de sair de um intenso conflito armado. Mas faz todo o sentido se pensarmos que, para o Governo “ter” era mais importante do que “ser IES”, sendo um trade off, inclusive no ensino secundário e técnico-profissional, que tem muitos “quadros” sem qualidade, mas que exercem importantes funções neste sector do Estado (público e privado). Foi o que o presidente JES disse em 2012: “...Começaram por investir para aumentar a quantidade e agora impõe-se que haja mais investimento para melhorar a qualidade do ensino que é prestado nas nossas escolas”. Ora, aqui está uma evidente prova de que Angola não se poderia desenvolver no longo prazo, pois ensino não é quantidade (o que se tem), mas qualidade (o que/

como sentimos o que temos). Afinal, como é possível gerar sumo bom a partir de frutos não bons?

O problema é que a má qualidade de ensino tem tido efeito multiplicador na nossa política desenvolvimentista, pois impacta negativamente na elaboração de leis e na execução das políticas públicas, principalmente as de foro económico. O problema é que nós – com pouquíssimas excepções – somos frutos de um ensino moribundo, da baixa capacidade produtiva das nossas instituições públicas e privadas; de um mérito que, na maioria das vezes, fica em segundo plano; directa ou indirectamente, somos todos frutos da UAN. Ou seja, a baixa qualidade de ensino é um processo em cadeia que impacta na baixa qualidade de saúde, na baixa qualidade dos processos administrativos, na baixa qualidade alimentar, na baixa qualidade do debate político, na baixa qualidade institucional, afecta à eficiência da nossa política externa. Inclusive

os estrangeiros que “importamos”, com pouquíssimas excepções, possuem baixa qualidade, fruto da qualidade que temos em avaliar esses “importados”. Por outro lado, fruto de nossa baixa qualidade de ensino temos um país com altíssimo nível de inveja; alto índice de nepotismo e de corrupção; pessoas com altíssimos cargos técnicos, mas com baixa abstracção: primeiro o cargo, depois o estudo, o que justifica a alta perseguição e bloqueio aos pouquíssimos quadros qualificados. Para piorar o cenário, hoje estamos diante da multiplicação de cursos de pós-graduação, cujo foco, muitas vezes, não está na qualidade: estamos a formar especialistas sem especialidade, mestres sem mestrado, doutores sem PhD e, o que é gravíssimo, é que muitos já são funcionários com cargos relevantes nas instituições mais relevantes do Estado. Então, a questão não é que falta dinheiro, pois, se não temos dinheiro para fazer cursos com qualidade, como justificá-riamos a drenagem de dinheiro para cursos sem qualidade? Veja só o que fazemos com os tais CAPAD! Alguém que é racional pode justificar a sua relevância para o nosso desenvolvimento? Porque temos um Estatuto de Carreira Docente do Ensino Superior (Decreto Presidencial n.º 191/18, de 08 de Agosto), se tem sido constantemente atropelado por todas as IES angolanas? Portanto, o contraditório não pode estar baseado na covid-19, na crise financeira, mas num tête-à-tête científico, até porque, se Angola é um país subdesenvolvido e “é pobre porque é pobre”, a culpa é da matemática e da econometria que a maioria dos nossos “desenvolvimentistas económicos” não domina!



Importa referir que, a partir de 1 de Janeiro de 2022, passará a ser obrigatória a submissão mensal dos Mapas de Remunerações em formato digital.



Alterações ao Código do IRT



Gil Abobeira,
Senior Manager
EY, Tax Services



Sara P. Marques,
Senior EY, Tax
Services

A Lei n.º 28/20, de 22 de Julho, introduziu diversas alterações de pormenor ao Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (IRT), as quais tiveram por finalidade o alargamento da base tributária através da eliminação de rendimentos que não se encontravam sujeitos à tributação, bem como a remoção de algumas isenções.

Por outro lado, a AGT promoveu sessões de esclarecimento aquando da entrada em vigor das alterações ao Código do IRT, onde foi assumida uma opção por análises mais pormenorizadas sobre o tratamento conferido pelas entidades empregadoras aos rendimentos em espécie.

De facto, tem-se verificado a atribuição de benefícios não pecuniários a trabalhadores, os quais não estariam a ser considerados na base tributável de IRT. Alguns exemplos disponibilizados identificam situações como o pagamento de viagens de cariz não profissional a trabalhadores e familiares, atribuição de seguros de saúde e/ou vida, a atribuição de viatura automóvel e telemóvel para uso pessoal ou o pagamento de propinas escolares a familiares dos trabalhadores.

Note-se que o Código do IRT, mesmo com as alterações introduzidas pelo Lei n.º 28/20, de 22 de Julho, não apresenta uma definição precisa de “rendimento em espécie” e não determina a forma

como estes rendimentos deverão ser incluídos na matéria colectável dos trabalhadores.

A título de exemplo, poder-se-á questionar como quantificar o rendimento subjacente ao uso de uma viatura automóvel num recibo de vencimento ou o uso de um apartamento arrendado pelo empregador, quando o mesmo é partilhado por mais do que um trabalhador?

Assim, para além das dúvidas sobre que benefícios deverão ser enquadrados nesta regra, poderão igualmente existir constrangimentos de ordem prática na hora de se proceder ao processamento salarial e ao apuramento do imposto, tendo em consideração que tais benefícios não pecuniários já poderão ser parte integrante dos contratos de trabalho em vigor.

Sendo assim, qualquer benefício não pecuniário atribuído aos trabalhadores deve ser alvo de um correcto enquadramento fiscal em sede de IRT. Por essa razão, e podendo existir pacotes remuneratórios que garantam tais benefícios, é importante que as organizações

que ainda não tenham acautelado esta situação procedam à revisão dos procedimentos em matéria de processamento salarial.

Para finalizar, importa referir que, a partir de 1 de Janeiro de 2022, passará a ser obrigatória a submissão mensal dos Mapas de Remunerações em formato digital, em conformidade com o Comunicado do Gabinete de Comunicação Institucional da AGT de 10 de Setembro. Este procedimento, para além de garantir acesso à informação aos empregados sobre as retenções na fonte de IRT entregues pelos empregadores, permitirá à AGT ter mecanismos adicionais para controlo da correcção do apuramento das bases tributáveis e respectivo apuramento aritmético do imposto.

Assim, afigura-se particularmente relevante que as organizações actuem atempadamente sobre estas matérias, sob pena de poderem vir a acumular contingências fiscais em sede de IRT, às quais acrescem as respectivas multas e juros compensatórios.

Opiniões

E agora pergunto eu...



Geralda Embaló
Directora-Geral
Adjunta

S seja bem-vindo, querido leitor, a este seu espaço onde perguntar não ofende depois de uma semana em que a actualidade NÃO foi marcada pela gigantesca manifestação que a Oposição organizou no fim-de-semana passado. Assim como NÃO foi marcada pelo regresso do mais velho que foi presidente do país durante quase 40 anos...

O regresso de JES a casa foi notícia nos países vizinhos da região, nos meios de comunicação em Portugal era notícia antecipada há muito, qual regresso de Dom Quixote, foi notícia da Reuters, da Bloomberg, mas para os nossos media públicos, o regresso do homem que governou o país e (que ocupou mais tempo de antena do que qualquer outro durante quase quatro décadas de enaltecimentos diários, inclusive da parte do actual presidente), de repente, não é notícia que marque a actualidade do país. É notícia, no entanto, que JES falou ao telefone com JLO...

As mutações degenerativas a que a política obriga – e digo mutações porque é uma expressão sem a beleza da metamorfose – estas mutações degenerativas são cada vez mais dignas de dó, e cada vez mais prova de que o outrora grande partido está, de facto, cada vez mais partido, quebrado.

E agora pergunto eu, se as TPAs estão a pôr José Eduardo dos Santos e Adalberto Costa Júnior no mesmo saco de vetados que “não são de interesse público”, será que essa mistura significa que o mais velho, depois de tantos anos, vai



ficar oposição, ou será que significa que é o mais novo que se aproxima perigosamente de deixar de ser?

Correndo o risco de me tornar repetitiva, e porque o ambiente está cada vez mais tenso e inquinado, mais uma vez, vou lembrar, e pedir que se lembre mais vezes, que as pessoas que vêm dar a cara por estes malabarismos mutantes, não são responsáveis pelas ideias estapafúrdias que são obrigadas a regurgitar. Ver caras de jornalistas – alguns que sabemos serem profissionais competentes – associadas ao pardieiro em que a política chafurda os meios públicos, leva a temer pela sua segurança.

Se é verdade que os dois jornalistas que foram cobrir a manifestação não sofreram as agressões que se queria fazer pensar (como as que sofreu o jornalista guineense cuja foto foi usada para ilustrar), é verdade que quem vai

dos media públicos cobrir actividades da Oposição ou manifestações está sujeito a sofrer uma violência que é, no fundo, dirigida a quem manipula as empresas publicas de comunicação, não aos profissionais que têm de ter coragem para estar ali. Aqueles dois jovens e os outros jornalistas que vão cobrir estas actividades não têm qualquer poder de decisão sobre a pauta como lembrava o administrador que provavelmente também não tem. Aqueles jornalistas podiam bem ser um membro da família de qualquer um de nós, e que não gostaríamos de ver à mercê de uma multidão em fúria que facilmente pode ultrapassar limites e causar uma desgraça, que não só vai desgraçar uma família, como vai manchar a lógica e a motivação dessas manifestações e certamente vai ser usada para vitimização política

Se depois de quatro anos de luta contra a corrupção, o dinheiro continua teimosamente a sair, que atestado recebe a dita luta? Uma luta CAPciosa como é a pauta editorial das TPAs pode receber uma notação diferente da que recebe o cumprimento da promessa dos 500 mil empregos, ou da Califórnia, ou da aposta na educação?

de quem originou a raiva popular contra os meios de comunicação públicos. Quanto aos jornalistas que dão a cara por estas pautas editoriais saídas do CAP central (e, por isso, CAPciosas), vale lembrar aqueles actores que fazem o vilão das novelas, e que levam chapada e empurrão na rua, porque há quem não consiga distinguir o que é novela, ou filme, do que é realidade.

Voltando a realidades que, tal como a popularidade de Adalberto Costa Júnior ou o regresso de JES, NÃO são matéria de actualidade com relevância para o país, a Transparência Internacional, uma organização alemã que actua por todo o mundo com parceiros como as Nações Unidas, e que produz o barómetro global da corrupção, emitiu, também na semana passada, um comunicado considerando muito graves os indícios

de branqueamento de capitais angolanos envolvendo a Sonangol depois de uma queixa de três organizações angolanas: a Associação Mãos Livres, a Omunga e o Fórum Regional de Desenvolvimento Universitário. As três ONG deram entrada de uma queixa em Portugal contra antigos administradores da petrolífera nacional, entre os quais, não podia deixar de figurar, o ex-Vice-Presidente da República Manuel Vicente, a figura que, quase sozinha, ridiculariza sempre como selectivo o combate à corrupção do Presidente João Lourenço. E uma das questões relevantes que a Transparência Internacional levanta é que o regulador da banca portuguesa “parece não ser capaz de travar a lavandaria e que a banca foi ou ainda é usada para branquear capitais”.

Se depois de quatro anos de luta contra a corrupção, o dinheiro continua teimosamente a sair, que atestado recebe a dita luta? Uma luta CAPciosa como é a pauta editorial das TPAs pode receber uma notação diferente da que recebe o cumprimento da promessa dos 500 mil empregos, ou da Califórnia, ou da aposta na educação (que, na semana passada, se tornou ainda mais cara)?

Salvador Freire, o advogado que falou pela causa, disse que o processo poderia ter sido intentado em Angola, mas as organizações decidiram avançar com a acção “numa esfera em que fosse possível responsabilizar os diferentes actores”. Que vergonha! Só queixando fora é que se tem esperança de responsabilização porque em Angola só se for turma ‘dos Santos’.

Esta queixa diz respeito a negócios no valor de 35 milhões de dólares – amendoins perto do que se estima ser a fortuna dos mais ricos da Sonangol – o centro da corrupção multibilionária do país e que permanece opaco, intocado e inescrutável como sempre foi. E bem pode a Oposição pedir comissões de investigação às contas da maior empresa pública que esses apelos certamente NÃO serão actualidade digna de cobertura pelos meios públicos do país.

O entrevistado da Radio Essencial da semana passada, Francisco Viana, que se vê ter o partido (que anda partido) no coração, disse tudo, o cansaço é demais e é geral, é bom descansar, quase meio século de poder é uma excelente idade de reforma.



Jornal Valor Económico

Visite o site www.valoreconomico.co.ao

Regista-te

Sobre [Ver tudo](#)

11 343 pessoas gostam disto, incluindo 71 dos teus amigos

11 800 pessoas seguem isto

<http://www.valoreconomico.co.ao/>

936272323

Enviar mensagem

Empresa de comunicação e notícias

Fotos [Ver tudo](#)

Para receber o VALOR todas as semanas, basta enviar o seu e-mail para 941784791 / 2

Contribua para manter o jornalismo de qualidade.

GEM Angola Global Media, Lda

Iban:
0051 0000 7172
9933 1512 7



Edição 276 Likes 1.060 Partilhas 77

As publicações da página do Valor Económico registaram na semana que passou perto de 200 mil internautas alcançados e mais de 43 mil interações sendo mais de seis mil com a capa do VE da edição 276 que tinha como chamada principal a entrevista do empresário Francisco Viana que se queixa de que o seu papel no seu partido MPLA é o de “calar”.

Os comentários são selecionados segundo critérios que visam reflectir a diversidade e qualidade de opiniões sobre os temas do Valor Económico. Gralhas e discussões pessoais são editadas para publicação.

Leia na íntegra em www.valoreconomico.co.ao

Facebook/Comentários



Nkindu Miguel Miguel

Ladio Kia Scar, *DESMENTIDO* FRANCISCO VIANA NÃO SAI DO MPLA. Estimados Camaradas, um bom dia a todos. Tomei conhecimento de um áudio que está a ser divulgado nas redes sociais enganando a população que sai do *MPLA*, o que não corresponde à Verdade. Quem fabricou essa falsa notícia, que repudio veementemente, não passa de um mau profissional, que se aproveitou de uma entrevista que dei a Rádio Essencial, manipulando e montando conforme foi do seu interesse. *_ Por várias vezes afirmei nessa mesma entrevista, que tenho orgulho em ser do MPLA, que o MPLA é um Grande Partido e que nasci e irei morrer como membro do MPLA. *_ Fiz sim críticas ao momento actual e lamentei também não estar a ser bem aproveitado no meu MPLA. Para que não restem dúvidas, anexo a entrevista que dei, na sua versão integral, por forma a que cada um possa entender o contexto de cada um dos meus pronunciamentos... *_ Irei pedir contas a quem deturpou as minhas palavras. *_ E estou disponível para reafirmar a minha militância onde for necessário, sempre que vá de encontro aos interesses superiores do povo angolano... viva o MPLA. A Luta Continua e a Vitória é Certa.: Luanda 13 de Setembro de 2021 *Francisco Viana*_



Victória Moreira

Bem feito agora como está a ver que o gigante de barro a cair, esta a saltar fora. Porquê que não fez o certo a muito tempo? Bem, vale mais tarde que nunca...



Vladimir Big-vlad

A geração destes mais velhos estragou este país



Danilom Fernandes João

Concordo plenamente... por isso é que ainda temos problemas que Deveriam ter sido ultrapassados nos anos 60 à 70.



Alice Fortes

Os ratos a abandonar o navio! Quando convinha calava-se!



Rodrigo Guimarães

Há uns que lhes mandam fechar os olhos, é proibido pensar, e outros profissionais só a bater palmas



Horacio Junior

Victória Moreira O Viana não saiu do MPLA. Ele diz que vai morrer no MPLA. Apenas criticou Aliás, Ele vai aonde? O MPLA é o único partido onde as pessoas podem criticar fora da estrutura, tal como Engenheiro Venâncio, Gen, Pacas, Marcolino Moco, Isaac dos Anjos e outros criticam sem que que lhes seja rotulado de vendidos e traidores. Só no MPLA é possível. É uma constatação.



Reginaldo Silva

Horacio Junior o pai dele, o Gentil Viana aka Afrik (in memoriam) foi um destacado militante/combatente do M nos tempos da guerra de libertação Nacional. Depois criticou a gestão de Neto e aderiu à Revolta Activa em 73 subscrevendo o "Manifesto dos 19". Com a independência, Gentil Viana acabaria por ser preso pela DISA no São Paulo onde foi torturado tendo ficado sem uma vista, como consequência das galhetas que levou para confessar não se sabe bem o quê. É outra constatação



Horacio Junior

Reginaldo Silva Esqueceu-se de contextualizar. O episódio do pai ocorreu a dezenas de anos, ao passo que os casos que referi são do mandato de JLO. O tempo faz toda a diferença e os protagonistas também.



Reginaldo Silva

Horacio Junior o tempo faz sim a diferença. Apenas fiz este flashback para recordar algo que me pareceu "interessante" na trajetória do M pelas piores razões. Como é evidente, não estou a ver o meu amigo Chico Viana a levar agora umas galhetas numa reunião do M para se calar de uma vez por todas. Mas se tal vier a acontecer também não ficarei espantado.



Mac Gonel

Evanilson Gonçalves até nas equipas de futebol, existem sigilos, há assuntos que são internos



Evanilson Gonçalves

Mac Gonel Há sim, como qualquer instituição, diferente dessa entrevista que não revelou nada estratégico do partido em causa. Outra, quando acontece na UNITA é porque as coisas não vão bem, no partido dos camaradas já se preocupam com aspectos estratégicos. Assim vamos nós

Covid-19

GARANTE A PRÓPRIA FARMACÊUTICA

Vacina da Pfizer é eficaz para crianças dos 5 aos 11 anos



A Pfizer revelou que a sua vacina contra a covid-19 é eficaz em crianças dos 5 aos 11 anos e vai requerer autorização nos Estados Unidos para este grupo em breve.

A vacina concebida pela Pfizer e o parceiro alemão BioNTech está disponível para os adolescentes a partir dos 12 anos. Para as crianças mais jovens em idade escolar, a Pfizer testou uma dose muito mais fraca, um terço da quantidade de cada injeção actualmente administrada.

Após a segunda dose, as crianças dos 5 aos 11 anos desenvolveram níveis de anticorpos ao coronavírus tão fortes como os adolescentes e adultos jovens, disse à Associated Press (AP) o vice-presidente da Pfizer, Bill Gruber.

A dosagem infantil também oferece segurança, com poucos ou semelhantes efeitos secundá-

rios aos dos adolescentes, como dor no braço, febre ou cansaço. “Penso que atingimos realmente o ponto ideal”, afirmou Gruber, que também é pediatra.

O mesmo responsável disse que as empresas tencionam submeter à Food and Drug Administration (FDA), até ao final do mês, o pedido para utilização de emergência da vacina naquele grupo etário, seguindo logo depois para requisições no mesmo sentido junto dos reguladores europeus e no Reino Unido.

No início do mês, o dirigente da FDA Peter Marks disse à AP que, quando a Pfizer concluisse os estudos, a agência avaliaria os dados, “em princípio numa questão de semanas”, para decidir se as injeções são seguras e suficientemente eficazes para crianças mais novas.



EM OUTUBRO

Índia
retoma
exportação
de vacinas

A Índia, maior produtor mundial de vacinas, garante retomar, em Outubro, as exportações e doações do fármaco contra a covid-19, depois de as ter suspenso durante um surto devastador de infecções domésticas em Abril.

O país começou a exportar vacinas em Janeiro, mas parou depois de ter sido atingido por uma forte vaga de casos, algo que deixou muitos países em desenvolvimento sem abastecimento adequado.

A Índia doou ou vendeu 66 milhões de doses de vacinas a quase 100 países antes de parar as exportações. Agora, promete usar os excedentes de vacinas para “cumprir o compromisso para com o mundo na luta colectiva contra a covid-19”.

GAVI

Países ricos continuam a armazenar vacinas

Os países ricos têm um excedente de pelo menos 1,2 milhões de vacinas contra a covid-19, mas muitos continuam a fechar contratos com empresas farmacêuticas para receber mais doses nos próximos meses.

Em declarações à agência espanhola EFE, Santiago Cornejo, director responsável por Países e Assuntos Governamentais da Aliança de Vacinas (GAVI), explicou que esta atitude dificulta os esforços a favor de acesso equita-

tivo a esses produtos, que permanecem fora do alcance de grande parte da população mundial.

“Há pelo menos 1,2 mil milhões de doses excedentes nos países ricos, que poderiam ser bem aproveitadas. Pedimos a esses países que troquem os lugares na produção com a Covax e a União Africana para que finalmente possamos ter acesso às doses que correspondem aos pedidos que nós fizemos”, disse.

Covax é o mecanismo criado



pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em colaboração com a GAVI em Abril de 2020, quando os testes de vacinas estavam apenas a começar, mas já estava claro que uma vez que países com capacidade de negociação e de pagamento os monopolizaram e deixariam muito pouco para o resto do mundo.

O que a OMS temia aconteceu e enquanto os países desenvolvidos armazenaram centenas de milhões de vacinas e passaram

a oferecer uma após a outra uma terceira dose às populações, apenas 5,8% da população de África recebeu a primeira, segundo os dados mais recentes da GAVI.

Na próxima semana, terá lugar uma reunião da Assembleia-Geral da ONU, em Nova Iorque, e o presidente, o embaixador das Maldivas, Abdullah Shahid, disse que pretende convocar um encontro com líderes e especialistas para discutir como preencher a lacuna no acesso às vacinas.

O BRASIL REGISTROU um número negativo de novos casos de covid nesta segunda-feira depois que o Ceará fez uma revisão de mais de 12 mil diagnósticos, permitindo a redução de 2.389 casos no país.

NA GUINÉ-BISSAU

Há mais homens a vacinarem-se

A Alta Comissaria contra covid-19 na Guiné-Bissau, a médica Magda Robalo, afirmou que há mais guineenses do sexo masculino a vacinarem-se e indicou que a inoculação ocorre entre pessoas da faixa etária dos 18 aos 49 anos.

Magda Robalo, que falava aos jornalistas no momento da recepção de 76 mil doses de vacinas da AstraZeneca oferecidas por Portugal, destacou a afluência de pessoas aos postos de vacinação, mas lamentou o fraco número de indivíduos do sexo feminino.

A Alta Comissaria contra a covid-19 também lamentou que os idosos, de ambos os sexos, não estejam a aderir à vacinação.

“Os dados que temos indicam que a população que se faz vacinar situa na faixa etária dos 18 a 49 anos. A população acima dos 50 anos tem-se apresentado muito pouco para se vacinar. Temos também indicações de que 63% das pessoas já vacinadas são homens e só 37% são mulheres”, afirmou Magda Robalo.

Em processo de vacinação desde Abril passado, a Guiné-Bissau já imunizou cerca de 85 mil pessoas.



COM NOVOS DADOS

EUA ponderam generalizar a terceira dose, admite conselheiro

O principal conselheiro epidemiologista da Casa Branca, Anthony Fauci, afirmou que os Estados Unidos deverão acabar por aprovar uma dose de reforço da vacina contra a Covid-19 para a maioria da população.

Numa entrevista à estação televisiva CNN, quando questionado pela decisão na semana passada por parte dos peritos da Agência de Alimentos e Fármacos (FDA, na sigla em inglês) de recomendar a vacina da Pfizer apenas para os maiores de 65, Fauci disse que “o regime ideal seria três doses para toda a gente, mas agora, com base nos dados examinados pelo comité da FDA para a decisão, vamos por esse caminho”.

Todas as semanas, argumentou, surgem novos dados, pelo que é provável que haja “uma evolução” da decisão do painel de peritos da FDA, que diverge do governo de Joe Biden, que defende uma terceira dose para toda a população.

De acordo com os números da Universidade Johns Hopkins, os EUA são o país mais afectado do mundo pela Covid-19, com mais de 42 milhões de contágios e acima de 673 mil mortes.

APÓS ‘DESORDEM’

Brasil suspende vacinação de adolescentes

O Ministério da Saúde do Brasil recomendou a suspensão da vacinação contra a covid-19 de adolescentes, devido à “desordem” que existe em alguns estados do país, que anteciparam a imunização dos jovens.

A vacinação nas idades entre 12 e 17 anos deveria começar esta quinta-feira passada, segundo o programa nacional de imunização, mas muitas regiões do país anteciparam-se em algumas semanas, o que tem dificultado a administração dos imunizantes disponíveis, disse o ministro da Saúde brasileiro, Marcelo Queiroga, em conferência de imprensa.

“Como podemos coordenar uma campanha nacional dessa maneira?”, questionou Queiroga, que criticou o facto de alguns

estados terem aplicado diversas vacinas em adolescentes, quando, segundo o Ministério da Saúde, a única autorizada para jovens é a do laboratório Pfizer.

De acordo com o governante, é do conhecimento do Ministério que “outros tipos de vacinas estão a ser aplicados em adolescentes, como a da AstraZeneca, Janssen e Coronavac”, que ainda não foram aprovadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa, órgão regulador do Brasil) para menores de 18 anos.

Pelos cálculos da Saúde, nas últimas semanas, um total de 3,5 milhões de adolescentes foi vacinado em vários estados do país e há suspeitas de mais de mil “reações adversas”, além de uma morte, cuja relação com a vacinação está

sob investigação.

Queiroga destacou que a suspensão da vacinação de adolescentes não se aplica apenas aos casos de jovens que sofram “deficiências permanentes, comorbidades ou que estejam privados de liberdade”.

O ministro destacou que o país deve avançar na vacinação de forma unificada e que, para que o Ministério da Saúde possa administrar adequadamente a distribuição de antígenos aos Estados, as regiões “não podem” ignorar o plano nacional de imunização.

A decisão gerou diversas reacções nas unidades federativas que já começaram a vacinar adolescentes, embora a maioria tenha afirmado que seguirá a recomendação.



PARA DAR RESPOSTA À PANDEMIA

Angola aprova financiamento de 150 milhões USD

O Presidente da República aprovou um empréstimo de 150 milhões de dólares com o Banco Internacional para o Desenvolvimento e Reconstrução (BIRD) para apoiar na resposta à covid-19.

O acordo de financiamento a celebrar com a entidade, pertencente ao Banco Mundial, visa “a

cobertura do Projecto Estratégico de Preparação e Resposta à covid-19 em Angola, integrado no Plano Nacional de Preparação e Resposta à covid-19”, refere o despacho de João Lourenço. O diploma não explica como será distribuída a verba e como será aplicada, nem qual o prazo de financiamento.

O documento justifica a iniciativa com a necessidade de diversificar as fontes de financiamento e o alcance dos objectivos económicos e sociais de interesse público.

A ministra das Finanças será responsável pela assinatura do acordo e documentação relacionada com o mesmo.

Marcas & Estilos



Exibindo estilo

Fazer compras nesta época significa uniformes escolares, sapatos e mochilas. Mas depois de uma semana de uniforme, as crianças merecem ter um guarda-roupa repleto de peças que mostrem a personalidade, carácter e estilo. A Harvey Nichols dispõe de colecções de marcas como Balmain, Burberry, Stella McCartney e Zimmerman.



Por um dia diferente

A chave para criar um guarda-roupa para o dia-a-dia é investir em separadores de qualidade, versáteis, modernos e confortáveis, mantendo um ar profissional. Comece com um blazer da Reiss. Um par de bermudas da Emporio Armani é uma alternativa, enquanto o top creme minimalista de Mark Kenly é mais contemporâneo e mais fácil de estilizar.



AUTOMÓVEL

Maravilhosamente incongruente

A palavra “velocidade” não costuma ser aplicada a coisas que pesam perto de duas toneladas e meia. A combinação soa um pouco contraditória. Mas, de muitas maneiras, essa é a beleza dos Bentleys, maravilhosamente incongruentes, assim como o novo carro-chefe Bentley Continental Speed.

Disponível nas versões cupê (GT) e conversível (GTC), o Speed é o Bentley mais recente e dinâmico em oferta. Pesando 2,4 toneladas é feito à mão na fábrica da marca em Crewe.

Apesar do peso, o Continental Speed faz exactamente o que diz. Ostenta o venerado motor W12 de 6,0 litros, biturbo, e uma potência total disponível de 650 cavalos.

AGENDA

LUANDA

23 DE SETEMBRO

Luanda acolhe o III Congresso de Medicina Natural, com palestras ligadas ao impacto da covid-19 em Angola e a medicina natural, entre outros. Entre as 09h00 e as 16h00, na Mediateca de Luanda.

24 DE SETEMBRO

24.ª edição do Festival da Canção de Luanda, dedicado à 'Poesia no Percurso da Música Angolana', a partir das 21h00.

DE 27 DE SETEMBRO A

29 DE OUTUBRO

Exposição 'Henrique Abranches – Um Traço Angolano', no Memorial Dr. António Agostinho Neto. A mostra vai ser composta por uma selecção de obras de Henrique Abranches.

DE 1 A 8 DE OUTUBRO

Lançamento do livro de auto-ajuda, reflexão, construção de personalidade e de educação '18 Segredos para uma vida de superação e sucesso', de autoria de Vieira Paulo.

LIVROS



ESTA PUBLICAÇÃO apresenta os princípios de funcionamento das redes de computadores e os protocolos que permitem a comunicação entre os dispositivos que a compõem.



UM VELHO DOCENTE de matemática, uma empregada doméstica e o pequeno filho de dez anos desta formam o trio protagonista de A fórmula preferida do Professor.



TURISMO

Entretenimento que chegue

Conhecida pela arquitectura deslumbrante, cena gastronómica agitada, cultura de classe mundial e proximidade com os bairros de negócios e turismo de Lisboa, existem poucos bairros mais adequados para explorar a cidade do que o Campo Pequeno. Quer esteja na cidade apenas no fim-de-semana, quer pretenda instalar-se.

Local mais famoso do bairro, a arena do Campo Pequeno foi projectada no início da década de 1890. Inspirado no grande anfiteatro de Madrid, é considerado um dos melhores exemplos da arquitectura neo-árabe da Europa e o design foi cuidadosamente preservado quando foi reaberto como um espaço multiuso em 2009. Hoje, a arena do Campo Pequeno é o lar de um shopping center, restaurantes e um amplo espaço para música ao vivo e teatro, o que significa que nunca terá falta de opções de entretenimento.

Educação & Tecnologia

BRUNO ANTÓNIO FERNANDES ESPECIALISTA EM GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS

Em Angola, os jovens formandos são deixados à sua sorte

FORMAÇÃO. Especialista em Gestão de Recursos Humanos lamenta a pouca qualidade dos jovens que saem das instituições de ensino para o mercado de trabalho. Bruno António Fernandes defende a implementação de orientadores no sentido de se suprirem as debilidades gritantes.

políticas de incentivo às empresas para a criação de estágios, oportunidades de primeiro emprego para a juventude e a criação de leis que facilitem estes processos com incentivos, quer de redução de impostos e taxas, quer mesmo bonificação para as empresas que criarem estas oportunidades para os jovens.

Como olha para os desafios do emprego em Angola?

Olho com bons olhos, pois, felizmente, estamos cada vez mais globalizados e conectados, e isso ajuda na execução dos processos de forma padronizada e acompanhando a realidade de outras sociedades. A competitividade é uma das melhores formas para o desenvolvimento do capital humano. Claro que existem algumas coisas a serem melhoradas, mas julgo que estamos no bom caminho.

A subida da taxa de desemprego contribuiu para o aumento da competitividade?

Existe uma competitividade muito grande, as oportunidades de emprego no mundo são cada vez menores e Angola não fica isenta. O impacto da pandemia, por exemplo, na nossa economia, criou grandes problemas com muitas empresas a fecharem outras a trabalharem com redução na sua produção, o que obrigou algumas empresas a reduzirem o capital humano. Muitos jovens foram para o desemprego, alguns com conhecimentos sólidos no que faziam e outros nem por isso. Estes concorrem entre si nas poucas oportunidades que aparecem e ainda com os jovens que procuram pelo primeiro emprego, o que cria uma competitividade muito grande entre os candidatos.

Qual é o espírito do potencial empregado?

Para qualquer candidato à procura de emprego, o espírito é de muita insegurança, pois, com as poucas oportunidades de emprego e com o grande número de candidatos, muitos dos quais com grande experiência profissional, alguns sujeitam-se a qualquer oportunidade. A insegurança é grande.

O que os empregados hoje procuram?

Procuram candidatos com conhecimentos sólidos, de preferência em várias áreas de conhecimento, capazes de darem respostas urgentes aos problemas.

Por Guilherme Francisco

que tem identificado nos candidatos a emprego?

Durante os vários anos a trabalhar em

Recursos Humanos, tenho constatado várias situações, desde jovens com forte potencial de crescimento e vontade de aprender e crescer dentro de uma organização, mas, por outro lado, com debilidades básicas para o nível de formação académica que apresentam e a idade dos candidatos.

falta de orientação. As instituições de ensino, nos seus planos curriculares, não contemplam a orientação profissional, o nosso sistema de ensino não tem esta visão. Em Angola, não existe a figura do orientador profissional ou profissional de carreira, os jovens formandos são deixados à sua sorte ou pela decisão dos pais sobre que curso fazer para sua inserção no mercado de trabalho e acabam por cometer erros e fazer cursos que o mercado de trabalho não absorve. Portanto, as falhas são genéricas, o sistema de ensino é apenas uma das componentes para a solução do problema. A problemática da procura de emprego deve ser vista como um todo, envolvendo vários sistemas

do país, como o sistema educacional, o sistema social, justiça, igrejas, assim como a sociedade em geral, pois todos estes actores devem contribuir para este processo.

Deste modo, fica cada vez mais complicado os jovens conseguirem o primeiro emprego?

O emprego é um problema em toda a parte do mundo e é ainda maior quando se fala de emprego para a juventude ou primeiro emprego. Penso ser importante abordarmos a problemática do emprego nas universidades, instituições públicas, órgãos do aparelho do Estado e sociedade em geral para que encontremos, juntos, soluções viáveis para este problema, com

Perfil

Um estudioso dos Recursos Humanos

Bruno António Fernandes é especialista em Gestão de Recursos Humanos. Nasceu no Sambizanga, em Luanda, na década de 1980. Conhecido nas lides literárias como Banzo Muxima, é autor do livro poesia 'Meu Musseque, Meus Amores', lançado em 2019, e do 'Guia Prático para Procura do Primeiro Emprego em Angola', publicado este ano.



Em que lado está a falha?

As falhas começam logo no processo de formação. Os jovens não têm uma formação alinhada, fazem cursos profissionais que não agregam valor à formação académica. Cometem erros frequentes na elaboração do currículo, como erros ortográficos, tamanho das letras muito reduzido, cores por excesso, erros de concordância, género e grau, e ainda erros como envio de CV em formato de fotografia, atrasos nas entrevistas ou apresentação nas entrevistas com roupas inadequadas, uso de calção nas entrevistas, outros erros.

A qualidade de ensino influencia os erros básicos?

As falhas são fruto, sobretudo, de

NÚMEROS DA SEMANA

1%

Taxa a ser paga pelos consumidores por cada levantamento de numerário nos Terminais de Pagamento Automáticos (TPA) em estabelecimentos comerciais.

249

Infracções detectadas pela Aniesa no Huambo, Huíla e Namibe, em 14 dias de actuação, neste mês.

835

Projectos que foram aprovados pela banca comercial no âmbito do Prodesi, desde 2019.

100

Mil milhões kz Fundos disponíveis para a retoma das obras de estradas paralisadas e para a melhoria da mobilidade rodoviária, segundo o ministro das Obras Públicas e Ordenamento do Território, Manuel Tavares de Almeida.



CRÍTICAS 'CARAS'

Alves Fernandes 'cai' na TPA

O jornalista da TPA Alves Fernandes, que denunciou publicamente as práticas de censura da televisão pública, foi exonerado de director do gabinete de apoio às províncias.

O despacho de exoneração justifica a 'mexida' com a necessidade de alterações na direcção da empresa, com vista a "ajustar os comandos e proporcionar maior dinamismo e eficiência na tomada de decisões".

No entanto, profissionais da TPA relacionam a destituição de Alves Fernandes com as suas críticas ao desempenho dos órgãos públicos de comunicação social, mais especificamente à televisão, que se confrontam com a falta de pluralidade. "O Alves é um profissional frontal e isso não é tolerável aos olhos do poder", declarou um colega, que vê nele "um homem do nosso tempo".

Com Alves Fernandes, também perderam os cargos a assessora do conselho de administração, Fernanda Manuela, os directores de conteúdos do canal 1 e 2, Sérgio Rodrigues e Ladislau Fortunato, respectivamente, bem como o director do Centro de Produção do Camama, Elias André, além de dois chefes de departamento do canal 2.

ESTRUTURA RENOVADA

BNA reabre representação em Menongue

Após encerramento nos anos 1990, o Banco Nacional de Angola (BNA) reabriu, na sexta-feira, a sua delegação regional Sudeste, em Menongue, Kuando-Kubango.

Segundo o BNA, a infra-estrutura foi renovada e apetrechada com tecnologia de ponta, esperando que "facilite a consolidação da gestão, manutenção e o aprovisionamento de liquidez necessária às instituições bancárias locais, assim como a realização de acções de educação financeira, supervisão comportamental, estudos e estatística regional".

Esta reinauguração aconteceu dois anos depois de ter sido reaberta a delegação do Luena, Moxico, em 2019, e a 'casa forte' do Lobito, em Benguela, em 2011. Por reabrir fica a representação do Huambo, praticamente transformada em escombros, na sequência da guerra, em 1992.

Com mais de 2.000 trabalhadores, o BNA está representado em sete das 18 províncias, ou seja, Benguela, Cabinda, Kuando-Kubango, Huambo, Huíla, Malanje e Moxico.



ENCONTRO EM WASHINGTON

JLo e Sullivan admitem retomar Diálogo Estratégico

O Presidente João Lourenço e o conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos da América, Jake Sullivan, reuniram-se, nesta segunda-feira, em Washington, e, entre outros assuntos, abordaram a possibilidade de retomar o Diálogo Estratégico EUA-Angola.

"O Sr. Sullivan reafirmou o nosso apoio na retoma do Diálogo Estratégico EUA-Angola, como peça central do nosso compromisso. Também enfatizou o nosso compromisso em trabalhar com Angola para promover os nossos interesses comuns nos laços económicos, no

combate à pandemia da covid-19 e na segurança regional e marítima para o benefício dos povos americano e angolano", lê-se no resumo do encontro divulgado na página oficial da Casa Branca.

Os dois países assinaram, em Julho de 2010, o acordo para a criação de uma comissão bilateral titulada Diálogo de Parceria Estratégica, visando elevar as relações bilaterais. Era o terceiro acordo do género que os Estados Unidos da América assinavam como países africanos, depois da África do Sul e a Nigéria.

No entanto, no mesmo ano, as relações entre os dois países registaram um irritante na sequência do encerramento das contas bancárias da embaixada de Angola nos Estados Unidos da América em sete meses. Ainda nesse ano, mas em Outubro, o então embaixador americano, Christopher McMullen, chegava a Luanda, mas seria credenciado apenas em Março de 2011, ou seja, seis meses depois. A razão da 'demora' nunca foi explicada oficialmente, mas esteve sempre ligada ao encerramento das contas.